



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharias

Eiras-do passado para o futuro

Rehabitar o espaço público e reabilitar a paisagem

Inês Filipa Pereira da Silva

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(Ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutor António Baptista Coelho
Co-orientador: Prof. Doutor Luís Ferreira Gomes

Covilhã, outubro de 2015

Dedicatória

Para a Avó

Agradecimentos

Para a minha família, que sempre foi e será tudo.

Ao professor António Baptista Coelho, meu orientador e amigo, cujo entusiasmo e conhecimento, foram decisivos para a composição desta dissertação.

Às Inês da minha vida e à Catarina, quase Inês, que partilhou comigo os mais longos meses de sol passados na serra.

Ao Sousa, por ser o meu amigo mais bonito,

e ao Rafael por todas as palavras ditas, sobretudo as de amor.

Resumo

Fernão-Joanes é uma pequena aldeia plantada na serra da Estrela, com um património histórico, cultural e natural extremamente significativo e ainda muito pouco estudado. E considera-se que hoje, é preciso investir: contra a desertificação; contra as paisagens abandonadas; e contra uma arquitetura em contínua degradação, que corresponde também a uma atitude de desrespeito para com um património material e imaterial que constitui, no caso presente, um valor próprio, devendo ser mantido e reforçado. Afigura-se fundamental no sentido de aproveitamento das potencialidades do local, permitir uma recuperação sustentada no uso atual, através da introdução de novas atividades capazes de dinamizar e dignificar o lugar.

A ideia de intervir neste espaço intemporal, surge como uma consequência natural que se debruça sobre a temática do reabilitar o espaço público, e da valorização da paisagem urbana e rural.

Esta dissertação apresenta uma componente teórica que aborda conceitos e princípios de base, abrindo um campo de reflexão e investigação relativo ao lugar, às pré-existências e à sua integração na paisagem. Pretende restabelecer a continuidade perdida entre o Homem e a Natureza, associando a dicotomia do urbano/rural e evocar a atividade pastoril caracterizante desta região. A análise e interpretação destas informações fundamentam, adequadamente, uma proposta de arquitetura com objetivos funcionais e formais.

Desta forma, será formulada uma hipótese de intervenção definida com o que se pretende que seja um elevado potencial de projeção futura, bem ancorado nos respetivos valores patrimoniais.

Palavras-Chave

Rehabitar; Espaço Público; Reabilitar; Paisagem; Rural

Abstract

It's recognized today the need of investment: against desertification, against abandoned landscapes, and against a continuous degradation in architecture, that also corresponds to an attitude of disrespect towards a material and immaterial heritage that constitutes, on the present case, a proper value, and must be maintained and reinforced. It appears essential in order to pursue the potentialities of the place, to allow a sustained rehabilitation on present usage, through the introduction of new activities capable of boosting and dignifying the local. The idea of intervention in this timeless place, comes up as a natural consequence that leans over the theme of public space re-inhabitation, and the appreciation of urban and rural landscape.

This dissertation presents a theoretical component that approaches base concepts and principles, opening a reflection and a research field concerning the place, the pre-existence and its integration into the landscape. It's intended the reestablishment of the lost continuity between Man and Nature, combining the urban/rural dichotomy and evoking the characterizing pastoral activity of this area. The analysis and interpretation of this information sustains, appropriately, an architecture offer with functional and formal goals. Thereby, it will be formulated an intervention hypothesis defined with what is intended to be a high potential future projection, well anchored on the respective heritage values.

Keywords

Re-inhabit; Public Space; Rehabilitate; Landscape; Rural

Índice

Capítulo 1: Introdução.....	1
1.1. Objetivos	3
1.2. Descrição dos trabalhos.....	4
Capítulo 2: a Cidade e o Campo	5
2.1. o Homem e a Natureza	7
2.2. Agro-Pastoril	12
2.3. o Rural e o Urbano	16
2.3.1. Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal	19
2.3.2. Programa Aldeias	22
Capítulo 3: Construções do lugar	27
3.1. (Re)habitar	29
3.1.1. Espaço Público	32
3.2. Reabilitar	34
3.2.1. Paisagem	38
Capítulo 4: Da teoria à prática.....	41
4.1. Casos de estudo.....	42
Casa E/C - SAMI-arquitectos	43
Palheiro na Cortegaça - João Mendes Ribeiro	47
Torre de Palma - João Mendes Ribeiro	51
Capítulo 5: Espaço intemporal	55
5.1. Localização.....	57
5.2. Toponímia	58
5.3. Romarias	60
5.4. Caracterização Urbana	62
Capítulo 6: Proposta	65
6.1. Memória descritiva	67
Considerações finais	71
Referências Bibliográficas	75
Artigos da Internet	79
Anexo Fotográfico	81

Lista de Figuras

Fig. 1 Apanha da fruta.....	5
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 2 A construção da cabana primitiva, Vitruvius	6
Fonte: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/746	
Fig. 3 Adão se protegendo da chuva, Filarete	8
Fonte: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/746	
Fig. 4 Foto Hermínios. Guarda 1940.....	11
Fonte: António Correia, www.matrizpix.dgpc.pt/MatrizPix/Fotografias/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPESQ=2&NUMPAG=1&REGPAG=50&CRITERIO=pastor&IDFOTO=45331	
Fig. 5 Caminho transumante de Fernão-Joanes para os campos da Idanha	15
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 6 Abrigo- carro de pastores. Fundão 1955	18
Fonte: © Arquivo Ordem dos Arquitectos- IARP/OAPIX, Disponível em: [www.oapix.org.pt/100000/1/1308,01,8/index.htm]	
Fig. 7 Rua. Seia- Santa Marinha 1956	18
Fonte: © Arquivo Ordem dos Arquitectos- IARP/OAPIX, Disponível em: [www.oapix.org.pt/100000/1/1806,01,3/index.htm]	
Fig. 8 Aspeto do povoado. Castro Daire 1956	20
Fonte: © Arquivo Ordem dos Arquitectos- IARP/OAPIX, Disponível em: [www.oapix.org.pt/100000/1/1251,01,8/index.htm]	
Fig. 9 Tipo de alvenaria. Trancoso 1955.....	20
Fonte: © Arquivo Ordem dos Arquitectos- IARP/OAPIX, Disponível em: [www.oapix.org.pt/100000/1/1295,01,8/index.htm]	
Fig. 10 Eira. Seia- Arrifana 1955	20
Fonte: © Arquivo Ordem dos Arquitectos- IARP/OAPIX, Disponível em: [www.oapix.org.pt/100000/1/1312,01,8/index.htm]	
Fig. 11 Eira de granito na base do castelo. Celorico- Linhares 1955	20
Fonte: © Arquivo Ordem dos Arquitectos- IARP/OAPIX, Disponível em: [www.oapix.org.pt/100000/1/970,01,15/index.htm]	
Fig. 12 Reinterpretação do mapa tipológico	21
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 13 Esquema de localização das ‘aldeias típicas’	24
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 14 Moldura de granito	27
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 15 Terreiro do Paço- Lisboa	31
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 16 La plain près d’Auvers, Vicent Van Gogh 1874	37
Fonte: lesmaterialistes.com/belle-epoque-elan-capitaliste-cezanne-van-gogh-munch-subjectivisme	
Fig. 17 Maquete de estudo.....	41
Fonte: Autora da dissertação	

Fig. 18 São Roque- Açores	43
Fonte: www.bmiaa.com/ec-house-sami-arquitectos-concrete-wall-within-dark-basalt-stone-ruins/	
Fig. 19, 20 e 21 Paisagens	45
Fonte: www.yatzer.com/ec-house-sami-arquitectos10	
Fig. 22 e 23 Ruína habitada.....	45
Fonte: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/746	
Fig. 24 e 25 O íntimo da ruína	46
Fonte: www.bmiaa.com/ec-house-sami-arquitectos-concrete-wall-within-dark-basalt-stone-ruins/	
Fig. 26 Cortegaça- Mortágua	47
Fonte: www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro	
Fig. 27 e 28 Ambiente interior	49
Fonte: www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro	
Fig. 29 e 30 Penetrações de luz	49
Fonte: www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro	
Fig. 31 e 32 Atmosferas	50
Fonte: www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro	
Fig. 33 Vaiamonte- Monforte.....	51
Fonte: © do mal o menos, Disponível em [www.domalomenos.com/filter/architectural_photography/Joao-Mendes-Ribeiro-Torre-de-Palma-Wine-Hotel]	
Fig. 34 e 35 Outros ritmos, outros modos	53
Fonte: © do mal o menos, Disponível em [www.domalomenos.com/filter/architectural_photography/Joao-Mendes-Ribeiro-Torre-de-Palma-Wine-Hotel]	
Fig. 36 e 37 Diferentes horas.....	53
Fonte: © do mal o menos, Disponível em [www.domalomenos.com/filter/architectural_photography/Joao-Mendes-Ribeiro-Torre-de-Palma-Wine-Hotel]	
Fig. 38 e 39 Heranças.....	54
Fonte: © do mal o menos, Disponível em [http://www.domalomenos.com/filter/architectural_photography/Joao-Mendes-Ribeiro-Torre-de-Palma-Wine-Hotel]	
Fig. 40 Primeira planta- Torre de Palma	54
Fonte: www.archdaily.com/566944/torre-de-palma-wine-hotel-joao-mendes-ribeiro/5462d54de58e71f00008e-floor-plan	
Fig. 41 Freguesias da Guarda. Painel de azulejos- Manuel Cargaleiro 1999	55
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 42 Esquemas de localização.....	56
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 43 Pastor	61
Fonte: Autora da dissertação	

Fig. 44 Tosquia	82
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 45 A arte de enramar as ovelhas	83
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 46 Lã é fibra animal	83
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 47 Pastor Ti Zé Camilo	84
Fonte: © Rosa Pomar, Disponível em [www.aervilhacorderosa.com/?s=fernão+joanes&submit=Search]	
Fig. 48 ‘vem dos saiotos das raparigas’	84
Fonte: © Rosa Pomar, Disponível em [www.aervilhacorderosa.com/?s=fernão+joanes&submit=Search]	
Fig. 49 Ovelha negra	85
Fonte: © Rosa Pomar, Disponível em [www.aervilhacorderosa.com/?s=fernão+joanes&submit=Search]	
Fig. 50 e 51 Colares, celas e borlas	86
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 52, 53 e 54 Modelos vivos e a cores	87
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 55 e 56 Romarias ancestrais	88
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 57 e 58 A malha	88
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 59 Pastor transumante	89
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 60 Conversas de passagem	89
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 61 e 62 Rebanhos em casa	90
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 63 e 64 Teatro transumante	90
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 65 Eiras	91
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 66, 67 e 68 Paisagem urbana	92
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 69 e 70 Caminhos de terra e pedra	93
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 71 e 72 Marcos	94
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 73 e 74 Continuidades	95
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 75 e 76 Ruínas com vistas privilegiadas	96
Fonte: Autora da dissertação	
Fig. 77 Centeio	97
Fonte: Autora da dissertação	

Lista de Acrónimos

FEADER Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Regional

INTERREG

LEADER +

PROVERE Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos

CCE Comissão das Comunidades Europeias

Eu tenho pela minha aldeia uma afeição que é mais do que isso, porque é essa forma profunda com que se moldou a minha sensibilidade.

Na pessoa que sou, o ambiente em que me criei deixou uma marca que com essa pessoa se confunde. Não sei, pois, como ser possível separá-las. Nada, pois, mais encantador do que expressar a ligação do meu destino à aldeia em que nasci e me criei.

Vergílio Ferreira

Capítulo 1: Introdução

As pessoas mais sábias que conheci em toda a minha vida, não sabiam ler nem escrever, eram pastores. Saíam cedo para o campo, levando consigo o gado, a merenda e as rendas. Eram os meus avôs paternos. Através deles, tomei consciência de várias realidades, ouvi histórias, lendas e memórias de um tempo que parece esquecido. Realço desde então, o fascínio pelos campos, as serras, as ribeiras, o gado, a transumância e a arquitetura popular portuguesa.

1.1. Objetivos

“Eiras - do passado para o futuro”, a dissertação serve-se deste título, na combinação da toponímia do lugar e que num momento misture o passado, o presente e aquele que poderá ser um futuro.

A dissertação propõe alcançar os seguintes objetivos principais: 1) Enquadrar a origem e evolução da cabana primitiva e o seu contributo para a relação Homem-Natureza-Arquitetura; e evidenciar a transumância como principal atividade serrana, que está associada a um passado inerte e longínquo; incidindo na dicotomia rural e urbano. 2) Analisar e identificar os conceitos essenciais para a “construção do lugar”; e incidir na capacidade transformativa e mutacional da necessidade de habitar e reabilitar um património, a nível do conjunto; 3) A última sequência é integralmente dedicada ao projeto de arquitetura, que pretende projetar as ideias adquiridas na formulação desta dissertação.

No primeiro objetivo pretende-se extrair do processo de domínio da terra uma leitura das perspetivas geográficas e demográficas, que permitam esclarecer e identificar as características da região estudada. Relativamente à transumância é lhe dada a justa relevância, e neste contexto, reforçar a atenção para a salvaguarda e valorização do seu património.

“*O tema não é de hoje*”¹, mas persiste a oposição dos conceitos de rural e urbano, e nesta dissertação pretende-se desenvolver uma composição geral e atual deste tema.

Nesta segunda parte, consideramos uma definição de lugar mais abrangente, e centrar-nos-emos principalmente em duas características: (re)habitar e reabilitar.

A elaboração desta dissertação pressupõe o desenvolvimento de alguns objetivos genéricos: 1) Promover o aproveitamento do potencial desenvolvimento turístico de Fernão-Joanes; 2) Promover atividades de proteção e valorização do património, como via para o desenvolvimento socioeconómico da aldeia e da região; e 3) Garantir a utilização sustentável dos recursos naturais, históricos e culturais da aldeia, enquanto condição essencial para a promoção de um desenvolvimento integrado.

¹ Álvaro Domingues, *Vida no Campo*, s.pág.

1.2. Descrição dos trabalhos

Metodologicamente prevê-se que a presente dissertação seja desenvolvida segundo três fases de trabalho, que servem uma sequência natural de reflexão e proposta: 1) Pesquisa de informação relacionada com a temática; 2) Fundamentação teórica e respetiva discussão; e 3) Elaboração do projeto de arquitetura.

Entre a primeira e segunda fase, existe algum paralelismo no processo de trabalho, pois enquanto se investiga e se identificam fontes privilegiadas, serão selecionados percursos metodológicos essenciais no desenvolvimento desta dissertação.

Neste processo de alguma “fusão”, entre objetivos estruturantes e casos práticos de referência, analisar-se-ão designadamente, os seguintes aspetos: temática do (re)habitar, o seu significado e importância, as novas formas de habitar no espaço público, e a reabilitação da paisagem urbana e rural.

Na fase de fundamentação teórica, também serão analisadas três obras de arquitetura portuguesa, que surgem como exemplos práticos dos conceitos enunciados nesta dissertação.

Todo este processo considera-se, uma correspondência em relação à intervenção a propor, em termos de uma arquitetura rural e da sua cuidadosa e coerente reconversão.

Pretende-se proceder a adequadas análises de textos e formas de composição de ideias, combinando as análises e centrando-as relativamente ao tema proposto.

Na fase prática desta dissertação, centram-se as perspetivas do aproveitamento da temática defendida e desenvolve-se uma solução de reinterpretação da arquitetura urbana/rural.



Fig. 1 Apanha da fruta

Capítulo 2: a Cidade e o Campo



Fig. 2 A construção da cabana primitiva, Vitrúvio

2.1. o Homem e a Natureza

*“Arranjei o covil e parece que me saí bem. Do exterior vê-se apenas um grande buraco, mas na realidade esse buraco não conduz a parte nenhuma. Alguns passos andados, esbarra-se com um enorme bloco de pedra que a Natureza ali colocou.”*²

É um facto, o Homem está na Natureza e procura defender-se das malefícências do céu e da terra, e evidentemente, tira partido desta em seu próprio benefício.

Procurando assim uma simbiose entre o Homem e a Natureza, incidindo numa estreita relação que influenciará todo o processo, de como se desenvolve o conceito de abrigo.

Sob a designação de cabana primitiva, é reunido um conjunto de noções, compreendidas e interpretadas por alguns autores que refletiram, especificamente, sobre este tema, os quais remetem para uma necessidade de abrigo face à intolerância da Natureza.

Vitrúvio (séc. I a.C) apresenta no seu tratado *“De architectura libri decem”* um pensamento, que evidencia o fogo como origem do abrigo. Neste contexto, numa estratégia inventiva, a primeira casa seria resultado do fogo protegido, tal atitude corresponderia à representação da Natureza.

O Homem teve de assegurar a sua sobrevivência, apesar de todos os obstáculos impostos pela Natureza, revelou-se indispensável e teve de aproveitar convenientemente os benefícios que esta ofereceu para a construção do seu abrigo.

Vitrúvio, identifica algumas analogias ao ninho dos pássaros, pela capacidade de utilização dos meios fornecidos pela Natureza [Fig.1]. Sugerindo tratar-se de uma imitação com diversas variantes.

Considerando o fogo como elemento essencial, capaz de impulsionar o desenvolvimento das sociedades, que através do conhecimento nómada traçou o processo evolutivo da cabana primitiva. O Homem postula a necessidade de garantir segurança através dos seus atributos de instinto de sobrevivência, recorre ao fogo como prática coeva da arquitetura, segundo uma extração dos elementos da Natureza. Portanto, considera-se inequívoca a ideia do fogo como instrumento para sobreviver.

Filarete (séc. XV) exalta o mito cristão, que nasce da certeza que o primeiro Homem a construir a cabana primitiva foi Adão.

Referindo o conhecimento, que Adão foi o primeiro ser humano na Terra, remete duas premissas fundamentais: alimentar-se e abrigar-se na Natureza. Neste sentido ficou referenciado no seu *“Trattato di architettura”*, narrando o dilúvio conta que Adão não tinha proteção e levou as mãos à cabeça para se defender da chuva [Fig.2].³

² Franz Kafka, *O covil*, pág. 17.

³ Jorge Marão Carnielo Miguel, «Casa e lar: a essência da arquitetura».



Fig. 3 Adão se protegendo da chuva, Filarete

É claro que Filarete acentua os argumentos relacionados com o mito cristão, mas na perspectiva partilhada com Vitrúvio, foi necessário a construção de um abrigo, determinante para a expansão da arquitetura. O desenvolvimento das técnicas construtivas como: *“troncos em forma de forquilha como suporte de tectos primários [...] Uma estrutura de troncos de árvores empilhados horizontalmente sobre outros verticais e troncos como colunas ‘primitivas’ em que o Homem ‘cabe lá dentro’*⁴, permitiria constituir-se num sistema de proporções humanas.

Eis uma aproximação de perspectivas com as suas pretensões sobre a Natureza, para provar que a origem da cabana primitiva permanecia da necessidade de sobrevivência. Mas ambos conferiram um lugar de abrigo ao Homem, que se desenvolve entre a reprodução da Natureza e as proporções humanas.

A diversidade de teorias põe em relação mais autores, tais como: **Jacques-François Blondel** (séc. XVIII) que estabelece um nexos com as conclusões vitruvianas, a hipótese de abrigo é compreendida como princípio lógico de sobrevivência, reconhecendo o perigo iminente a que estava sujeito na Natureza. Sendo este abrigo um espaço temporário determinado pelos materiais que a Natureza lhe oferecia, tais como: troncos, ramos e folhas, desenvolvia-se um lugar distinto mas frágil. Sugere a procura de específicas evoluções, conduzindo-o à utilização da pedra obtendo a solidez e resistência necessária. Neste sentido, as construções reivindicam o seu caráter permanente.

*“Para Blondel, como para Quatremère de Quincy, o caráter, essência da arquitetura resulta do lugar e clima”*⁵.

Será então adequado, referirmos a teoria de **Marc-Antoine Laugier** em que *“toda a arquitetura tem a sua origem na cabana primitiva, sendo o princípio e a medida”*⁶.

Baseando-se numa ilustração de Charles Dominique Eisen, a mesma que utilizou na capa do seu livro *“Essai sur l’Architecture”* em 1753, que evidencia a musa de arquitetura a mostrar à criança (primeiro ser humano) a cabana primitiva. Revelando uma estrutura pura, simples e arbórea, verificando a influência da Natureza. Introduzindo elementos compositivos, tais como: a coluna, a arquitrave e o frontão, originam uma regra clara e bem definida.

Em conclusão, prevalece a teoria que a evolução da cabana primitiva impulsionou a arquitetura, e que esta é uma imitação da Natureza.

⁴ Ana Raquel Martins Fareleira, «Uma questão de espaço, protótipo de alojamento mínimo flexível», pág. 9.

⁵ Francisco Paiva, *Auditório: Tipo e Morfologia*, pág. 17.

⁶ Jorge Marão Carnielo Miguel, op. cit.

Construir o abrigo, escolher a caverna, puxar os galhos das árvores para a porta, acender o fogo, moldar o barro, sobrepor as pedras - partir as pedras para as poder levar, transportar para longe, para onde não haja mais que areia -, estruturar cones altos de ramos secos para depois os colmar e afastar para o lado da chuva, sobrepor pisos para libertar terreno agrícola, encontrar empenas para partilhar esforços, abrir valas para os despejos, pequenos rasgos para a luz, murar ou paliçar recintos e conjuntos criando proteção, colorir e alinhar interiores honrando casamentos, alianças, desejo de abundância, criar os lugares de dormir, tecer as fibras que cortam o frio da noite, transformar a noite em dia com um fio de azeite ou com um pavio de estearina, ânforas enormes guardando alimentos à espera do Inverno, as salgas, as conservas, a vida quente, o(a) lar(eira), as arcas de madeira, os cobertores cá fora misturando o interior, as lojas para os animais, a pedra esculpida, blocos perfeitos -a melhor sobreposição-, a porta, a portada, a mica, o vidro, o lintel forte assegurando a durabilidade do vão, o cunhal inventando o travamento, as asnas, a madeira, o ferro, o betão, os plásticos, as espumas rígidas, os materiais de síntese e a sua cada vez mais fácil justaposição; chamamos-lhe construir e sempre foi natural no homem, sempre foi comum à inteligência e à habilidade da espécie humana, esta vontade de sobrepor, cuidadosamente, por sobre toda a agressividade encontrada, uma natureza melhor.⁷

⁷ Manuel Graça Dias, «Todas as paisagens são artificiais/toda a construção é natural», pág. 41.



Fig. 4 Foto Hermínios. Guarda 1940

2.2. Agro-Pastoril

*“Um homem de pau e manta, a guardar um rebanho - criatura ainda impoluta do pecado original, para quem a vida não é um suplício nem degradação, mas um contínuo reencontro com a natureza, no que ela tem de eternamente casto, exaltante e purificador.”*⁸

A palavra *transumância*⁹ advém do latim e combina as palavras *trans* - para além e *húmus* - a terra é um substantivo feminino e designa a viagem que se conduz para além do território de origem. É uma forma de vida pastoril.

Pressupõe-se que desde a Pré-História a transumância desempenhe um papel importante na criação de relações económicas, sociais e culturais, beneficiando da posição que a pastorícia tem na subsistência das comunidades agro-pastoris e referindo o interesse cultural que estas atribuem aos gados.

É importante referir que a transumância praticou-se em toda a Europa, desde o sul da Itália à nórdica Noruega, exercida sobretudo nas zonas montanhosas, desfavorecidas para as práticas agrícolas.

Neste sentido, em Portugal e Espanha surgiram variadas formas de transumância que serviam de suporte a uma equilibrada atividade económica e social, mantida principalmente em territórios rurais. Mantendo-se ativa até ao final do séc. XIX e início do séc. XX, mas acabando por extinguir-se na 1ª metade do séc. XX.

A transumância sugere diversos tipos de deslocações, de acordo com as condições geográficas e atmosféricas, da origem e destino. Em Portugal existia o direito de *compáscuo*¹⁰, reconhecendo que os rebanhos pudessem pastar livremente em certas terras, visando a proibição de pastagens em terras cultivadas, com a condição de que esse direito fosse predefinido com os proprietários. Deste modo, os camponeses garantiam a segurança dos seus campos cultivados, estabelecendo uma extensa rede de percursos com o propósito da passagem dos gados.

Este fenómeno/processo de grande relevância, no Período Romano denominava-se por *calles*; na Itália medieval, de *tratturi*; no reino de Aragão, de *cabañeras*; na Catalunha, de *carreradas*; em Castela, de *cañadas* e, em Portugal, de *canadas*.

Embora algumas vicissitudes, esta rede de percursos sobreviveu sendo considerado um complemento ao património histórico-cultural.

⁸ Miguel Torga, *Portugal*, pág. 59.

⁹ **Transumância** “caracteriza-se por uma deslocação periódica e sazonal dos gados, com a finalidade de procurar assegurar-lhe os pastos verdejantes (...)” Elisa Calado Pinheiro, *Rota da lã Translana*, pág. 119.

¹⁰ **Compáscuo** “s.m. direito de utilizar um pasto comum”, Dicionário da Língua Portuguesa com acordo ortográfico (2003-2015). Porto Editora: Porto, Disponível em: www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/compascuo, [Consultado a 6 de maio de 2015].

Em Espanha atualmente, encontram-se ao abrigo de proteção legal e subsequente processo que visa a respetiva revitalização de funções; contribuindo-se assim, para o urgente despertar da função ecológica, recreativa e cultural do território rural.

Destaca-se a inexistência de quaisquer medidas de proteção legal sobre a conservação das vias pecuárias em Portugal, e como consequência assiste-se à sua rápida e problemática destruição.

Vários estudos geográficos referem-se à classificação das modalidades transumantes como: *ascendente*, *descendente* e *dupla*, impulsionadas pelos fatores ambientais.

A transumância estava ligada a uma mudança sazonal, o que implicava deslocações e criação de abrigos móveis, afirmando-se como manifestações nómadas que se adaptaram às evoluções da sociedade.

Estas deslocações acrescentam qualidades sedentárias a um processo periodicamente nómada, estabelecendo-se povoações temporárias que passam a ser habitadas, em determinados períodos do ano, pelos pastores que acompanham o seu rebanho.

Das comunidades agro-pastoris provem o crescimento económico agrícola consolidado na cultura do cereal. Esta situação permitia a conexão das práticas agrícolas e pastoris, usufruindo esta última das terras de *pousio*¹¹ para a pastagem dos rebanhos.

As *dehesas*, terrenos destinados a pastagens, marcam a paisagem peninsular testemunhando o desenvolvimento da prática pastoril, mas no âmbito deste sistema surgem indícios de uma tendencial redução da intensidade da prática agrícola.

A partir da Idade Média desenvolveu-se, gradualmente, uma dominância da prática de transumância, sobretudo em Portugal e Espanha, um processo indicador de relações sociais aliado ao interesse espanhol no arrendamento de terrenos portugueses; pois em Portugal a regulamentação das atividades pastoris foi executada com menor rigor.

Jorge Dias assegura que até metade do séc. XX, Portugal ainda desenvolvia práticas agro-pastoris relacionadas com o carácter e diversidade presente na serra da Estrela, “*área onde se manteve presente a vida pastoril na sua forma mais pura*”¹².

De modo singular a transumância constituiu um modelo de complementaridade entre a montanha e a planície, desde logo desenvolvida pela deslocação sazonal dos gados entre a cordilheira da serra da Estrela e as terras chãs.

Entende-se esta prática, como procura de alimento devido à escassez deste nos meses de inverno, tal era a agressividade atmosférica, que resultava na quebra da atividade agrícola, exercida apenas na produção de centeio.

¹¹ **Pousio** “s.m. descanso dado a uma terra cultivada”, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, Disponível em: www.priberam.pt/dlpo/pousio, [Consultado a 7 de maio de 2015].

¹² Elisa Calado Pinheiro, op. cit., pág. 143.

Como referido anteriormente, assiste-se à prática da transumância em diferentes épocas, coincidentes com o verão e o inverno. Salientamos, a transumância invernal, indicada como *invernada* ou *descendente*, que consiste na deslocação das terras frias para as regiões mais quentes, procurando subsistência para os rebanhos.

*“no inverno, cobrem-se os cimos de neve e os rebanhos buscam abrigo e alimento nas planícies e nos vales”*¹³.

Acontece, portanto, que as rotas eram de longa e média duração. Sendo, a rota da serra da Estrela enunciada como a mais importante, que conduz os pastores a partir dos finais de outubro e até maio do ano seguinte, encaminhando-os para as campinas de Idanha ou Campo de Ourique¹⁴.

Tendo presente que a vida de pastor transumante era dura, solitária, sem apoio logístico e com uma enorme carência alimentar, o alojamento postulava a criação de abrigos móveis, que apresentavam diversas formas, de acordo com as condições geográficas e climáticas. Facto que apenas acontecia ocasionalmente, e quando não era possível os pastores dormiam ao relento, enfrentando as noites mais frias.

Por razões já anteriormente referidas, estas deslocações eram realizadas através das canadas, que se definem como *“huma porção de terreno que se marca para a passagem do gado”*¹⁵, o que permitia simultaneamente o livre trânsito de gados transumantes, evitava estragos nos campos cultivados e alimentava os rebanhos durante o percurso.

Desde o início do séc. XVII, assiste-se à introdução de normas reguladoras sobre as canadas, existindo uma hierarquia das vias pecuárias em função da largura que lhe estava atribuída. As canadas secundárias, advêm da subdivisão das principais vias transumantes e distinguem-se pelas suas dimensões reduzidas e o seu carácter regional.

Por razões estratégicas os traçados das vias e pontes romanas sobrepõem-se a alguns percursos transumantes¹⁶.

Em conclusão, a transumância surge como uma atividade com aspetos muito próprios, caracterizada por um modo de vida pastoril, que ao longo dos séculos originou usos, costumes, tradições, itinerários próprios e um processo de abrigo/habitar específico; matéria esta que corresponde ao tema central desta dissertação.

Atualmente assiste-se a um fenómeno de revivescência das tradições pastoris, alicerçada à memória e identidade comunitária, através de representações festivas religiosas; condição esta que pode assegurar um importante contributo para a dinamização socioeconómica e cultural local e regional, associada à carga histórica e patrimonial do espaço rural, da natureza e dos pastores.

¹³ Orlando Ribeiro (1945), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, pág. 32.

¹⁴ Orlando Ribeiro (1941), *Significado geográfico do pastoreio da Serra da Estrela*.

¹⁵ Posturas Municipais de Castelo Branco (1840) *apud* Elisa Calado Pinheiro (2008).

¹⁶ Amorim Girão, *Geografia de Portugal*.

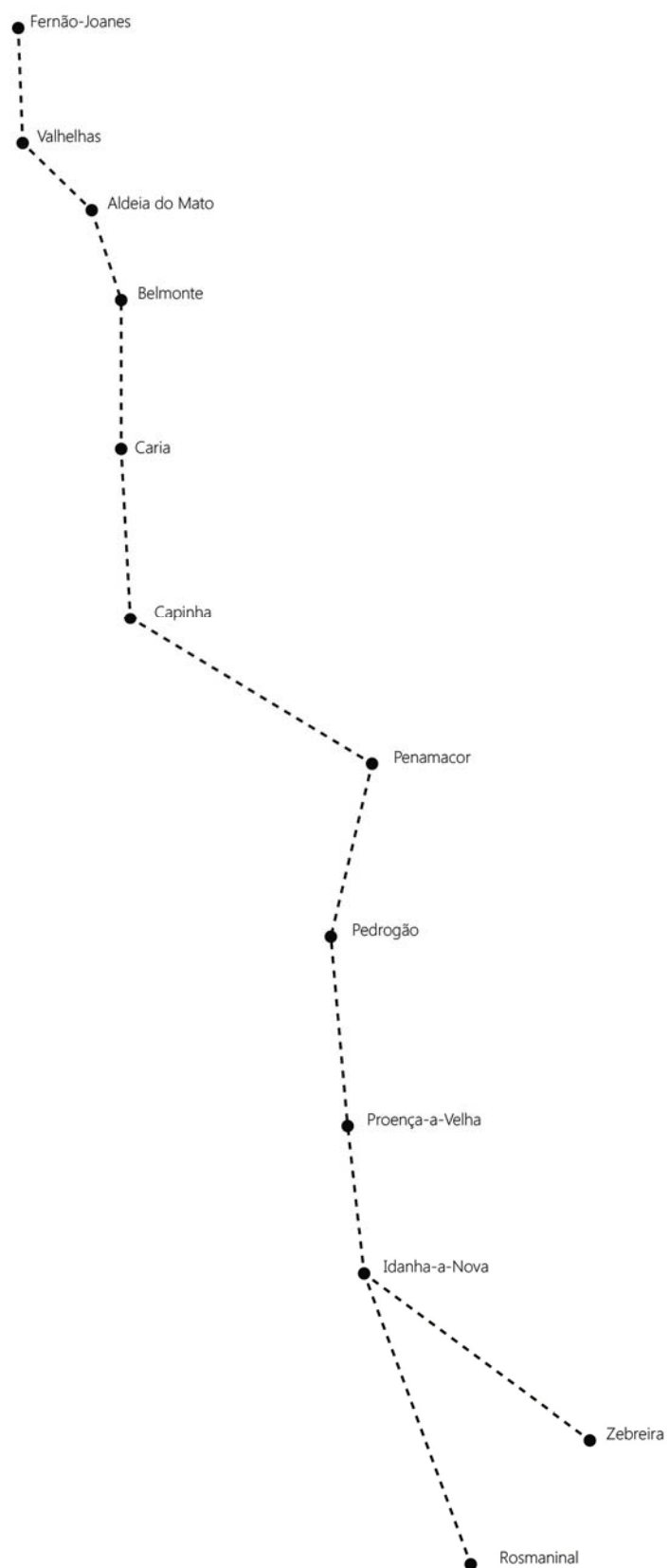


Fig. 5 Caminho transumante de Fernão-Joanes para os campos da Idanha
Percurso de 6 dias

2.3. o Rural e o Urbano

Eu tenho passado estes dias na quinta e, coisa curiosa, começo a sentir-me cada vez melhor naquele vale solitário rodeado pela ameaça invisível da civilização. Vivo ali como um vagabundo inebriado com o aroma das plantas silvestres e com os cantos da passarada e de outros bichos. Sinto-me bem, e cada vez me sinto menos ligado às ambições que fervilham na cidade fedorenta, empomada e engomada.¹⁷

Admitindo existir uma oposição entre o rural e o urbano, bem como óbvias consequências na cultura e economia das comunidades, para expor esta contradição tentamos correlacionar estes dois conceitos.

O conceito de *rural*, advém do latim *ruralis* e “*é um adjetivo que qualifica culturas, visões do mundo, imaginários...e, por arrastamento, as gentes e a geografia, o território e as paisagens desses imaginários. Por isso, o rural é uma palavra que funciona como um arrastão.*”¹⁸

A Revolução Industrial, no séc. XVIII, através da evolução tecnológica despoleta profundas alterações nas áreas rurais. Neste sentido, as atividades agrícolas sofreram mudanças sociais e económicas; a máquina substituiu o Homem em alguns trabalhos, libertando mão-de-obra que foi essencial nas atividades industriais. Assistiu-se a um desmesurado deslocamento da população do campo para a cidade, na procura de melhor qualidade de vida.

Nos anos 50, devido à industrialização massificada, a terra deixou de ser cultivada e observaram-se graves transformações sociais na população rural e sinais de dissonâncias nas paisagens. As práticas agrícolas tornaram-se obsoletas e a cidade industrial em plena expansão, originou uma evolução urbana e um crescimento económico e demográfico.

“*Portugal é uma região de contrastes demográficos*”¹⁹, apresentando uma crescente concentração populacional no litoral do país.

Tal situação resulta num desequilíbrio que provoca dinâmicas migratórias, entre as quais: o processo de migração que ocorre devido às condições precárias, sendo em si uma fuga destes lugares; as migrações caracterizadoras de certos modos de vida, submetidas a deslocamentos estacionais, tais como os pastores transumantes, os trabalhadores que auxiliam às principais fainas (colheitas de frutas, ceifas e vindimas); e também, a problemática emigração que representa a principal causa da perda de população, com implicações no despovoamento rural.

Perante este fenómeno alguns lugares ficaram abandonados, consequência de um registo de diminuição das taxas de natalidade e aumento das taxas de mortalidade, refletindo-se em casos de desertificação especialmente no interior do país.

¹⁷ João Leal, «A energia da antropologia: seis cartas de Jorge Dias para Ernesto Veiga de Oliveira».

¹⁸ Álvaro Domingues, op. cit., pág. 121.

¹⁹ Orlando Ribeiro (1939). *Deslocamento da população em Portugal*.

Verifica-se o abandono dos campos, a agricultura já não unifica a sociedade portuguesa e apenas resiste a agricultura de pequena escala.

Após a crise das atividades tradicionais surgem as modificações nas paisagens, sobretudo devido às novas formas de povoamento, desaparecido o espírito de comunidade.

*“Mudam-se os tempos, mudam-se as sociedades e, com elas, as paisagens”.*²⁰

Assim, 97% da economia não é rural, o país, a sociedade e o território são urbanos, por isso está em vias de extinção a dicotomia rural e urbano, como distinção social e cultural. Para tal, os programas de Aldeias foram essenciais na reintegração de alguns territórios.

²⁰ Álvaro Domingues (2001), *A paisagem revisitada*, pág. 65.



Fig. 6 Rua. Seia- Santa Marinha 1956

Fig. 7 Abrigo- carro de pastores. Fundão 1955

2.3.1. Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal

Entre 1950 e 1960 realiza-se o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos, em que os principais organizadores eram os notáveis: Fernando Távora, Francisco Keil do Amaral e Nuno Teotónio Pereira.

Também outros arquitetos, organizados e divididos em seis grupos de trabalho, em diferentes regiões do país (Minho, Trás-os-Montes, Beiras, Estremadura, Alentejo e Algarve), participaram neste levantamento fotográfico, desenhado e escrito, tendo sido publicado em 1961, e reeditado em 1980, 1988 e 2004.

Aparece-nos como um “*gesto de rebelião contra uma determinada forma de ler a arquitetura popular*”²¹ e sublinha a diversidade arquitetónica regional.

Contra o ideário movimento da Casa Portuguesa de Raul Lino (1940/1950), que preservava a tradição como uma preocupação exclusiva e a existência de um estilo específico de habitação que seria caracteristicamente português, chamado ironicamente de Português Suave.

O Sindicato Nacional dos Arquitetos propôs-se, a uma recolha e leitura das formas mais simples e rudimentares da construção existente em Portugal, revelando potencialidades modernas, funções e tipologias habitacionais na arquitetura popular. Provando “*que existia no território português uma grande diversidade cultural e que era possível e necessária vivê-la no presente, no tempo contemporâneo*”²².

No entanto, a obra realizada por estes arquitetos “*não tem por objetivo, nem se pode considerar, como conclusão do Inquérito realizado*”²³, mas tem valor histórico e documental. É adequado considerar o seu impacto na produção arquitetónica da época, exprimindo um diálogo entre o moderno e o vernáculo.

Os arquitetos Francisco Keil do Amaral, José Huertas Lobo e João José Malato foram os responsáveis pela zona 3- Beiras.

Evidenciaram os aspetos geográficos e atmosféricos da região da serra da Estrela, aliando-se ao “*rude encanto das suas paisagens*”²⁴. Criaram um mapa tipológico, onde é possível uma leitura geral da distribuição das construções típicas da zona analisada. Interpretaram os diferentes povoamentos das beiras, as formas e expressões e os edifícios, condicionados pela orografia e exploração agrícola.

E concluem que as características apontadas são típicas da Arquitetura portuguesa e que existe um encontro entre a tradição e a modernidade.

²¹ João Leal, *Arquitetos, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a Arquitetura Popular no século XX Português*, pág. 49.

²² Álvaro Siza Vieira, «Uma maneira de fazer portuguesa- A propósito de Fernando Távora», pág. 273.

²³ *Arquitetura Popular em Portugal*, Prefácio 1ªed., (1961).

²⁴ *Arquitetura Popular em Portugal*, pág. 3.

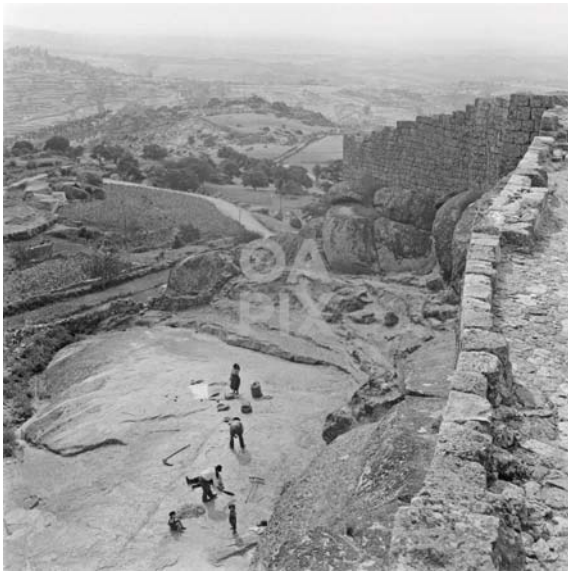


Fig. 8 Eira de granito na base do castelo. Celorico-Linhares 1955



Fig. 9 Eira. Seia- Arrifana 1995



Fig. 10 Tipo de alvenaria. Trancoso 1995



Fig. 11 Aspeto do povoado. Castro Daire 1996

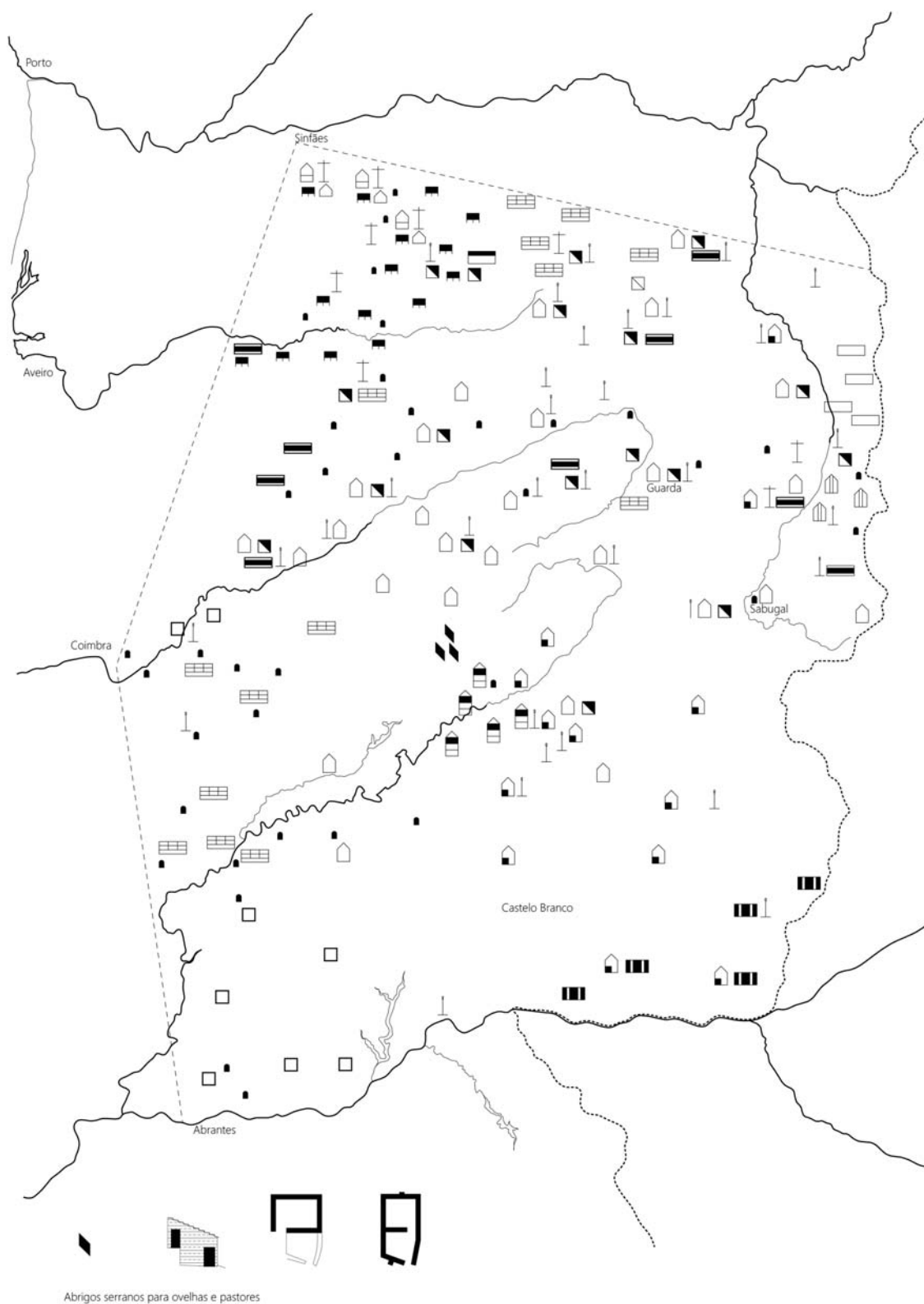


Fig. 12 Reinterpretação do mapa tipológico

2.3.2. Programa Aldeias

Há lugares que só Portugal pode oferecer ao mundo.

As Aldeias Históricas de Portugal são um destino onde tudo é autêntico e levou séculos a construir.

Ambientes cheios de magia, misticismo e onde se travaram batalhas.

Documentos vivos e genuínos de uma história secular. Paisagens que permitem ver hoje exatamente o que outras pessoas viram em outros séculos.

O tempo passou, a história avançou e o mundo mudou. Mas nas Aldeias Históricas de Portugal os cenários permanecem iguais. Nada mais autêntico do que as Recriações Históricas, uma forma lúdica e pedagógica de reviver os factos mais marcantes da nossa história.

As aldeias são o palco perfeito para viajar no tempo e viver emoções genuínas.²⁵

Estamos conscientes que as áreas rurais portuguesas se alteraram, consequência do aumento da procura e consumo destas, por parte da sociedade contemporânea.

Aspeto determinante no colapso do mundo tradicional, adquirindo uma nova *“importância enquanto reserva cultural, ambiental e social”*²⁶. Esta perspetiva ressalta as novas visões do mundo rural:

- atualmente, a produção de alimentos já não detém a função principal;
- a agricultura deixou de ser a atividade dominante na Europa, e particularmente em Portugal;
- a família camponesa já não é representante da identidade de um povo;
- e as paisagens que eram o reflexo da morfologia do terreno e das atividades agrícolas desenvolvidas, observa-se agora uma tendência para a homogeneização e simplificação do ambiente/território o que motivou a perda das características intrínsecas²⁷.

Como instrumento de resposta às alterações surgiram abordagens de preservação e valorização das áreas rurais, também associadas ao desenvolvimento de uma *“procura de destinos alternativos aos convencionais”*²⁸ e contribuiu para que o rural pudesse começar a ser *“vivido através da descoberta e valorização das diferenças, do autêntico e do genuíno”*²⁹.

Neste contexto, o turismo apresenta-se como principal resposta para o desenvolvimento local em meio rural. Em Portugal, só em 1983 foi desenvolvido o conceito de “turismo rural” como merecedor de *“utilidade pública”*³⁰, e em 1986, com a adesão à União Europeia, agiu-se em conformidade com três objetivos principais:

- “-estímulo da recuperação do património histórico-cultural;*
- a associação da oferta de alojamento turístico às tradições de hospedagem rural; e*
- o aumento do rendimento económico e das condições de vida das populações”*³¹.

²⁵ www.aldeiahistoricasdeportugal.com [Consultado a 26 de maio de 2015]

²⁶ Elisabete Figueiredo, «Quantas mais ‘aldeias típicas’ conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural», pág. 95.

²⁷ João Ferrão, «Relações entre o mundo rural e o mundo urbano: Evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro», 45-54.

²⁸ Graça Joaquim, «Turismo sustentável: o desafio da inovação e da tradição», pág. 58.

²⁹ Elisabete Figueiredo, op. cit., pág. 68.

³⁰ Idem, pág. 98.

³¹ *Ibidem*.

Considerando o turismo como estratégia importante, em 1988, a Comissão das Comunidades Europeias (CCE) estabeleceu que *“as áreas rurais não são apenas lugares onde as pessoas vivem e trabalham, mas desempenham ao mesmo tempo funções vitais para a sociedade como um todo”*³², e foi, conseqüentemente, criado um conjunto de políticas e planos europeus de desenvolvimento das áreas rurais, tais como os seguintes: FEADER, LEADER+, INTERREG, PROVERE, etc. Com estes planos pretende-se estimular iniciativas de preservação, revitalização, requalificação e valorização do património cultural e dos saberes tradicionais. Neste quadro de apoios e planos salienta-se o positivo desempenho do Programa das Aldeias Históricas de Portugal (doze aldeias) e o Programa das Aldeias do Xisto (vinte e sete aldeias) que agregam aldeias do interior da região centro de Portugal.

Recuperando a expressão aldeias históricas, e associando-lhe outras similares, verifica-se que todas elas transparecem uma profusão de conceitos e adjetivos que, nos últimos anos, se têm associado às mesmas aldeias: «Aldeias de Montanha», «Aldeias de Xisto», «Aldeias de Água», «Aldeias de Tradição», «Aldeias de Mina», «Aldeias do Castelo», «Aldeias Históricas do Guadiana», «Aldeias do Algarve», «Aldeias da Saudade», «Aldeias Digitais», «Aldeias de Teletrabalho», «Aldeias Turísticas», são só alguns dos adjetivos que recenseámos (...). Tal abundância de designações - tendo como denominador comum a referência a um certo tipo de espaço, um território envolvente, um modo de vida particular, uma economia base assente ainda na agricultura e uma identidade sociocultural específica de matriz tradicional e rural - impõe-nos a seguinte interrogação: de que aldeias estamos a falar?³³

O turismo aparece como ponto de articulação entre o mundo moderno e o tradicional, e oferece uma nova dinâmica ao rural que consiste na *“força mobilizadora de representações urbanas do rural como lugar de conservação de modos de vida tradicionais, agora revitalizados pela regeneração que proporcionam contra uma artificialidade contida nos ritmos de vida citadina”*³⁴. É um facto, a tendência do *“retorno ao campo”*³⁵ pelos não rurais, que perpassa pela memória de um passado bucólico com uma paisagem pura e natural e costumes próprios, produzindo um consumo do campo como espetáculo, *“gerido por uma estratégia de mercado”*³⁶.

Estes efeitos resultam num *“divórcio”*³⁷ entre um conjunto de produtos e serviços comerciais/estratégicos e o contexto histórico, social e económico, divórcio esse responsável pela *“perda da autenticidade local”*³⁸ e esquecimento do carácter produtivo.

*“Quantos mais vestígios de herança, museus e aldeias de pioneiros, casas históricas, venda de produtos típicos à beira da estrada, autêntica cozinha campestre, festivais, lojas de produtos rurais e chás de Devonshire conseguimos suportar?”*³⁹

³² Idem, pág. 95.

³³ João Alves, «As ‘aldeias históricas’ entendidas como ‘património rural’: Relação entre discurso institucional e as dinâmicas locais a propósito de um experiência no Alentejo», pág. 58.

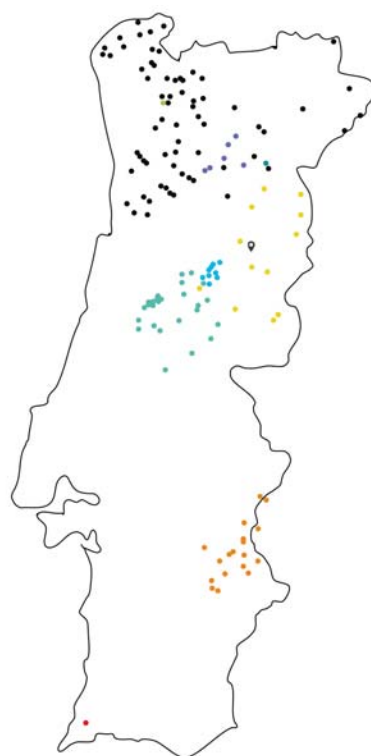
³⁴ Manuela Reis, Aida Valadas Lima, «Desenvolvimento, Território e Ambiente», pág. 344.

³⁵ João Alves, op. cit., pág. 61.

³⁶ Elisabete Figueiredo, op. cit., pág. 70.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ *Ibidem*.



● ALDEIAS DE PORTUGAL	● ALDEIAS DO XISTO	● ALDEIAS RIBEIRINHAS DO ALQUEVA	● ALDEIAS HISTÓRICAS	● ALDEIAS DE MONTANHA	● ALDEIAS VINHATEIRAS DO DOURO	● ALDEIA DO PONTIDO
Burgo Soajo Lindoso Sistelo Passagem Germil Cabração Porreiras Argas Bico Covas Castro Laboreiro Branda da Aveleira Cutelo Ponte de Mouro Carreira Gondomar Urjal Mixões da Serra St.ª Isabel do Monte Agra Campos Mós Poiães Louredo Lamalonga Espindo Pontido Busteliberne Agunchos Travassos Castelo St.º Aleixo Além-Tâmega São Joanico Abreiro Freixiel Chacim Bemposta Feixo de Numão Trebilhadoiro	Moimenta Quintandona Cabroelo Codeçais Castromil Figueira Boassas Tongobriga Lugar da Rua Porto Manso Canaveses Ovelhinha Almofrela UL Vilarinho de S. Roque Porto Carvoeiro Couce Felgueira Pena Meitriz Campo Benfeito Paradinha Mezio Covas do Monte Amiais Vale de Papas Lapa Granja do Têdo São Xisto Souto Provesende- Favaílos- Lamas d'Olo Cidadelhe Barcos- Vila da Ponte Vilarinho Seco Tresminas Picote Montesinho Rio de Onor	Água-Formosa Aigra Nova Aigra Velha Aldeia das Dez Álvaro Barroca Benfeita Candal Casal de S. Simão Casal Novo Cerdeira Chiqueiro Comareira Fajão Ferraria de S. João Figueira Gondramaz Janeiro de Baixo Janeiro de Cima Martim Branco Mosteiro Pedrogão Pequeno Pena Sarzedas Sobral de S. Miguel Talasnal Vila Cova de Alva	Almeida Belmonte Castelo Mendo Castelo Novo Castelo Rodrigo Idanha-a-Velha Linhares Marialva Monsanto Piodão Sortelha Trancoso ESPANHA Cheles Villareal	Alvoco da Serra Cabeça Lapa dos Dinheiros Loriga Sabugueiro Sazes da Beira Teixeira Valezim Vide	Barcos Favaílos Provesende Salzedas Trevões Ucanha	BAIRRO DO CASAL SÃO GREGÓRIO FERNÃO-JOANES

Fig. 13 Esquema de localização das ‘aldeias típicas’

³⁹ Butler & Hall (1998), *apud* Elisabete Figueiredo (2003), pág. 71.

O tradicional fascina os turistas, emergindo em novas procuras e consumos, novas visões, novas representações do rural, que consistem na recriação da ruralidade para ser consumida pelas sociedades contemporâneas, mas *“nem todas as imagens de autenticidade e de identidade são genuínas ou corretas”*⁴⁰.

*“O turista procura ver a vida como ela é realmente, estar em contacto com os ‘nativos’, entrar no espaço íntimo do outro para ter uma experiência da vida real, uma experiência do autêntico”*⁴¹. Atualmente, a elaboração de programas europeus de desenvolvimento das áreas rurais tem ignorado a opinião dos “nativos”, estes não possuem uma visão estética do mundo rural, nem o percebem como *“património do futuro”*⁴², apenas o veem como espaço produtor de alimentos e matérias-primas, no entanto são os habitantes locais, *“atores principais”*⁴³, que conferem ao território representações e práticas tradicionais originais.

Em França, começam-se a observar efeitos negativos, provenientes das medidas de desenvolvimento rural devido à sobre oferta dos produtos típicos e à sua comercialização.

*“Na tentativa de manter apenas uma imagem, criam-se ‘disneylândias culturais’, de que é exemplo paradigmático a cidade francesa de Carcassonne, mantida artificialmente no seu ambiente medieval para o turista ver”*⁴⁴.

Embora estes efeitos ainda não se denotem em Portugal, já é perceptível a “museificação” do rural e a semelhança de ofertas e produtos que se propõem como genuínos. Em consequência da incapacidade de desenvolvimento de novas estratégias complementares, torna-se ineludível que *“todos os rurais turísticos se assemelharão e tenderão a oferecer paisagens, festivais, alojamentos, pouco diversificados. Quantas mais aldeias típicas conseguimos aguentar?”*⁴⁵.

Elisabete Figueiredo refere com eloquência a necessidade de reflexão sobre esta questão e neste sentido, procurar soluções que permitam conciliar o mundo moderno e o tradicional, mantendo as suas raízes genuínas. Salientando a analogia de opiniões, Graça Joaquim sintetiza algumas soluções fundamentais para o sucesso das propostas de revitalização e valorização das áreas rurais:

“Articular produtos turísticos diferentes, articular ofertas diferenciadas, ter produtos complementares, articular o interior e o litoral, ter itinerários que possam articular formas de alojamento distintas e oferta de animação distintas, em suma, articular o território e articular com os nossos vizinhos espanhóis é absolutamente fundamental”⁴⁶.

⁴⁰ Elisabete Figueiredo, op. cit., pág. 70.

⁴¹ Norkunas, *apud* Elisabete Figueiredo, pág. 71.

⁴² Walker, *apud* Elisabete Figueiredo, pág. 73.

⁴³ Elisabete Figueiredo, op. cit., pág. 76.

⁴⁴ Fátima Fernandes, Michele Cannatà, *Formas Urbanas*, pág. 20.

⁴⁵ Elisabete Figueiredo, op. cit., pág. 77.

⁴⁶ Graça Joaquim, op. cit. pág. 61.

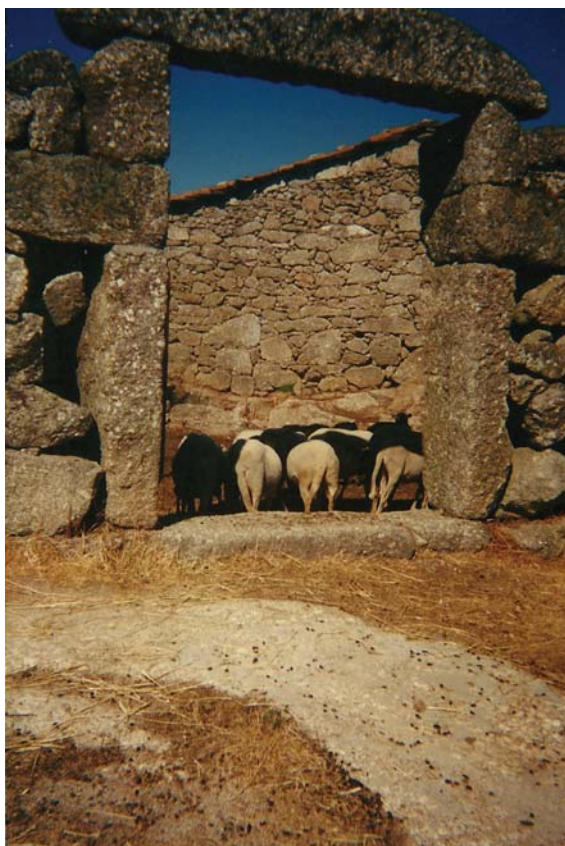


Fig. 14 Moldura de granito

Capítulo 3: Construções do lugar

Do étimo latino *locus*, **lugar** designa o “*espaço ocupado ou que pode ser ocupado por um corpo*”⁴⁷, segundo Pedro Jordão o conceito de lugar é “*um conceito romantizado, banalizado, idolatrado, desprezado, quase tudo, quase nada. O lugar pode ser tudo aquilo que vejo. O lugar pode ser tudo aquilo que não quero ver*”⁴⁸. Deste modo, o lugar reproduz um carácter abstrato e é a atmosfera que tem a capacidade de definir a essência do lugar.

Christian Norberg-Schulz, teórico e arquiteto norueguês fala de um *genius loci*, um conceito romano que traduz o espírito do lugar, considerando que o carácter determina a sua essência e reconhecendo a importância da relação com o lugar, pois o ser vivo depende dele para sobreviver.

“*O lugar é a concreta manifestação do habitat humano*”⁴⁹, o Homem é quem habita o espaço, transforma-o, modifica-o e “*dota-o de valor*”⁵⁰.

A noção de lugar “*varia consoante o meio onde nascemos, crescemos ou aprendemos a viver*”⁵¹, assim a identidade do homem pressupõe a identidade do lugar. Portanto, a composição do lugar resulta da relação Homem-Natureza.

⁴⁷ Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, Disponível em: www.priberam.pt/dlpo/lugar [Consultado a 18 de maio de 2015].

⁴⁸ Pedro Jordão, *Revista Nu nº02 Lugares*, pág. 3.

⁴⁹ Luiz Augusto Reis-Alves, «O conceito de lugar».

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ Ana Cortez Barbosa, «A alma dos espaços, construções de lugar», pág. 7.

3.1. (Re)habitar

*“Se queremos ir ao campo devemos aprender com o camponês e ver como ele faz. Devemos aprender a habitar.”*⁵²

O conceito de habitar *“é definido em cada lugar e em cada momento de exploração pelo homem de um conjunto de objectivos, exigências e necessidades que, quando atingidos(as), desempenham em plenitude a ação pressuposta no verbo”*⁵³, influenciado por Martin Heidegger, no seu ensaio *Construir, Habitar e Pensar* em que o habitar é uma ação de transformação do meio ambiente com a intenção de reagir a uma necessidade.

Concentrando múltiplos conceitos e definições, estabelecemos uma relação de princípio com o abrigo. O Homem temendo a Natureza, procura um refúgio, *“e embora tenha sido apenas para se refugiar, e para se defender pôde então, com mais liberdade do que acontecia com a caverna, eleger o sítio e decidir o local e a forma da sua habitação”*⁵⁴ provavelmente, a primeira experiência arquitetónica significativa. No processo de domínio da terra, surge uma nova forma de interpretar o meio envolvente. O fogo, produto da observação e imitação da natureza, foi a ferramenta essencial para satisfazer algumas das necessidades de sobrevivência e proteção.

Ao longo dos anos foram-se construindo alguns refúgios carismáticos, sendo dos mais reconhecidos o Petit Cabanon de Le Corbusier, que *“trata-se de uma simples cabana de madeira construída na costa de Cap-Martin para residência de férias”*⁵⁵ e a cabana de Heidegger na Floresta Negra, *“modesta e feita em madeira, o elemento natural circundante, representa uma imagem poderosa do seu pensamento sobre o habitar”*⁵⁶, um “espaço para pensar” que possui uma carga poética, um silêncio preciso, e reúne o modo de habitar essencial deste espaço, o seu pensamento e sua linguagem.

*“Não habitamos por termos construído, mas construímos na medida em que habitamos, quer dizer, enquanto somos os que habitam”*⁵⁷.

Propomo-nos a estudar o reabilitar, numa perspetiva contemporânea apoiada na evolução dos novos modos de habitar e a relação com os seus habitantes.

O conceito (re)habitar reconhece uma intervenção e recuperação de espaços urbanos, pretendendo torná-los mais agradáveis e estimulantes.

No séc. XX ocorreram grandes mudanças devido ao desenvolvimento tecnológico e económico, gerando novas formas de trabalho; novas tecnologias; novas formas de comunicação; novas

⁵² Adolf Loos, *Aprender a habitar*, pág. 132.

⁵³ António Reis Cabrita, *O homem e a casa: Definição Individual e Social da Qualidade da Habitação*, pág. 12.

⁵⁴ Alberto Campo Baeza, *A ideia construída*, pág. 59.

⁵⁵ Inês Moreira, *Petit Cabanon*, pág. 3.

⁵⁶ Nuno Higinio, Álvaro Siza. *Desenhar a Hospitalidade*, pág. 48.

⁵⁷ Martin Heidegger, *Construir, Habitar e Pensar*, pág. 350.

linguagens; novas estruturas familiares, novos modos de vida e, conseqüentemente, novas formas de habitar.

Um plural de mudanças que a habitação teve de agregar, *“e porque sabemos que os modos de vida mudaram e se diversificaram, é necessário flexibilizar a oferta de soluções residenciais e, conseqüentemente, urbanas”*.⁵⁸

Importa aqui realçar, que o habitar “agora” pressupõem uma perspectiva ligada aos costumes dos habitantes e dos sítios habitados e, a ideia de reabilitar tem um sentido de melhoria e recuperação, aspirando uma cidade agradável, viva e estimulante.

Tal como referimos, as intervenções no espaço público devem ter preocupações associadas às vivências destes lugares, privilegiando os espaços urbanos contíguos e articulando a diversidade tipológica à proposta de novas atividades. Devendo integrar equipamentos de comércio e serviços, lugares de encontros e convívios e, sobretudo a integração de lugares de circulação de peões e automóveis. A questão da tipologia é fundamental para a conquista da humanização do espaço público e criação da dimensão da vizinhança, proporcionando um cenário de integração dos habitantes e da paisagem urbana.

Na dimensão prática desta dissertação, esta questão é reforçada pelo conceito *“construir no construído”*⁵⁹, em particular pela introdução de espaços residenciais temporários e permanentes em construções preexistentes, tendo contribuído para a vitalização deste lugar.

De acordo, com o professor António Baptista Coelho apresentam-se linhas orientadoras para a conceção de propostas de intervenções habitacionais:

- “-Relação mútua, efetiva e afetiva, entre interior e exterior residencial;*
- Diversificação social e integração de pequena escala;*
- Diversidade tipológica e intervenções de pequena escala;*
- Relação entre diversidade tipológica e respetivos promotores;*
- Novas formas de habitar;*
- Qualidade do desenho e integração urbana;*
- Adaptabilidade de soluções-base; e*
- Relevância da habitação de interesse social na arquitetura contemporânea”*⁶⁰.

Assim, sublinhamos como principais estes objetivos na criação de soluções no projeto de arquitetura, apresentado nesta dissertação.

Assumindo que o território interior português continua desertificado e com espaços devolutos, pretendemos com esta dissertação propor o desafio de (re)habitá-los. Conceber espaços de pequena escala, valorizar a dimensão da vizinhança, despertar o sentido de comunidade e hospitalidade, convidar os antigos e novos habitantes a interpretar a nova identidade do lugar.

⁵⁸ António Baptista Coelho, «Entre casa e cidade, a humanização do habitar», *Opúsculo*18, pág. 3.

⁵⁹ Francisco de Gracia

⁶⁰ Idem, pág. 7-9.



Fig. 15 Terreiro do Paço- Lisboa

3.1.1. Espaço Público

*“O espaço público é o lugar que possibilita encontros.”*⁶¹

A requalificação do espaço público ganhou grande importância nos últimos vinte e cinco anos como resultado da tomada de consciência da fraca qualidade dos processos de expansão rápida das periferias urbanas e da constatação do agravamento do ambiente urbano nas cidades consolidadas, particularmente visível no abandono e degradação a que foram votados os espaços coletivos urbanos.⁶²

A questão da recuperação de vida nos espaços públicos assume uma posição essencial na sociedade atual. Em casos, que o papel tradicional da cidade desaparece, crescem os centros comerciais, os lugares devolutos e degradados e a falta de interesse da sociedade.

Em Barcelona, nos anos 50 o automóvel dominou todos os espaços urbanos e o consequente desaparecimento de várias atividades, problemas ambientais e descontentamento dos moradores, tendo sido necessário tomar medidas para a recuperação da cidade tradicional.

Garantindo o *“desenvolvimento dos espaços públicos vitalizados, coerentes e positivamente caracterizados”*⁶³ surgem novos espaços urbanos adequados à realização de atividades de lazer, recreio ou desporto, admitindo ser essencial a apropriação e participação da população e a acessibilidade/continuidade do espaço público.

Neste sentido, nos últimos anos despertou o interesse pelo ambiente urbano das cidade.

*“É, assim, necessário considerar os ambientes urbanos como cenários, mas cenários vivos com atividades e pessoas, e cenários que sejam gozados em sequências”*⁶⁴.

O desejável ambiente urbano vivo e dinâmico resulta, do conhecimento dos fatores que articulam o espaço público, a habitação e os habitantes. Considerando essencial criar espaços únicos, estes que devem possuir a capacidade de atrair através da emoção, na relação de tensão entre as novas intervenções e características próprias do lugar.

*“um bom edifício deve ser capaz de absorver os vestígios da vida humana, e que através disso pode ganhar uma riqueza especial”*⁶⁵.

Coloca-se como fundamental, a recuperação dos usos tradicionais do espaço público, lugar de encontro; comércio e circulação.

A preservação de espaços abertos e acessíveis a todas as pessoas, incentivam à utilização e participação coletiva que combatem a alienação e passividade da sociedade. A cidade tem a capacidade de dinamizar espaços, através da várias atividades que interagem com o público, tais como: teatro ao ar livre, projeção de filmes, mercado de rua, instalações temporárias, etc.

⁶¹ Jan Gehl, *La humanización del Espacio Urbano, La vida social entre los edificios*, pág. 18.

⁶² Patrício Martins, «O desenho urbano do espaço público e a requalificação das cidades», pág. 23.

⁶³ António Baptista Coelho, op. cit., pág. 214.

⁶⁴ Idem, pág. 217.

⁶⁵ Peter Zumthor, *Pensar a arquitectura*, pág. 23.

“A cidade criou espaços para muitas formas diferentes de interação humana”⁶⁶.

Portanto, o espaço urbano precisa de oferecer habitação de qualidade, equipamentos de lazer e cultura e, determinados bens e serviços para satisfazer as necessidades dos consumidores, desejando que surja vontade de produzir, consumir e habitar nestes lugares.

Com um sentido ligado ao habitar, é essencial que o espaço seja articulado, e transmita continuidades urbanas, recuperando a noção de paisagem. Uma paisagem urbana peculiar, onde a história deve ser uma referência importante.

Um bom exemplo de solução urbana é a projeção da *“habitação ao longo dos espaços públicos viáveis, habitados e bem caracterizados”*, recuperando qualidades vivenciais e motivando o uso exterior.

Neste contexto, a relação com a natureza envolvente pode ser crucial e proporcionar qualidades de vida. Sobre esta qualidade, revela-se todo o dinamismo na utilização do solo e na incorporação de novas atividades que valorizem o espaço urbano.

⁶⁶ Jan Gehl, Lars Gemzee, *Novos Espaços Urbanos*, pág. 10.

3.2. Reabilitar

Levar para o futuro o nosso passado mais mitificado do que transfigurado, concebê-lo como espaço e vida onde o nosso ex-passado, mesmo o que deixou na memória universal uma recordação indelével, é apenas a máscara dourada da nossa impotência presente, não é a melhor maneira de nos dirigirmos para e de realmente alcançarmos um futuro.⁶⁷

Entendido como um dos temas mais marcantes do panorama arquitetónico atual em Portugal assiste-se ao desenvolvimento de várias políticas de reabilitação para o património construído.

Reabilitar é o *“conjunto de operações dirigidas à conservação e restauro das partes significativas -em termos históricos e estéticos- de arquitetura incluindo a sua beneficiação geral de forma a permitir satisfazer níveis de desempenho e exigências funcionais atualizadas”*⁶⁸.

Assim, a prática da reabilitação urbana origina uma relação dialética entre: os valores e as características que definem a sua identidade e, a proposta de novas funções e atividades aos espaços devolutos. A relação do lugar e das novas funções a integrar pressupõe um princípio de salvaguarda e continuidade dos valores culturais.

A década de 50 do século passado, foi caracterizada pelo progresso tecnológico e um *“grande optimismo no futuro”*⁶⁹, não havendo deste modo lugar para o antigo; nas quais as operações de conservação e restauração, que requeriam demasiado emprego de mão-de-obra e utilização de escassas técnicas mecanizadas, e desta forma foi-se afirmando o novo como a única opção que parecia válida.

Todavia, a situação alterou-se nas subseqüentes décadas de 60 e 70, como resultado da observação do desenvolvimento não sustentável do território; e assim se concluiu serem necessários programas de recuperação e reabilitação do património construído.

*“A reabilitação urbana parece ter entrado finalmente na ordem do dia em Portugal”*⁷⁰ dado que pretende melhorar a qualidade de vida da sociedade, mas para avançar nesse sentido é necessário *“pensar para agir e agir a pensar”*⁷¹ de maneira a responder a novos desafios.

Decorrem rápidas transformações no mundo moderno, onde se assiste à *“perda da reconhecibilidade das nossas cidades e núcleos urbanos históricos, provavelmente como resultado de um explosivo processo de homogeneidade dos lugares e das arquiteturas”*⁷², considerando a perda da identidade um dado irreparável.

⁶⁷ Eduardo Lourenço, *A Nau de Ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia*, pág. 41.

⁶⁸ José Aguiar (2008), *Património Cultural e os paradigmas da conservação e da reabilitação: Ontem!*, pág. 68,

⁶⁹ José Aguiar (1999), *A cidade do futuro já existe hoje, Algumas notas sobre reabilitação urbana*, pág. 3.

⁷⁰ João Belo Rodeia, *A Reabilitação Urbana parece ter entrado finalmente na ordem do dia em Portugal*.

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² José Aguiar (1999), *op.cit.* pág. 4.

A reabilitação reporta uma relação com o desenvolvimento urbano sustentável, que pressupõe uma equilibrada ocupação dos solos, e embora expresse um sentido de preservação liga-se, também, a uma fundamental regeneração de preexistências; uma regeneração que pode e deve, por vezes, atingir um patamar de verdadeira, embora cuidadosa, reformulação de usos.

A prática da reabilitação pode, neste sentido, ser esclarecida como o prolongamento da vida útil do edificado. Assim, pela reparação da estrutura, aplicação de cuidadosas técnicas de construção e de uma boa escolha de materiais, é assumida e protegida a identidade do lugar. Prova, aliás, de que a evolução da sociedade pode e deve proporcionar novas formas de viver enfatizando a memória coletiva dos lugares.

O património arquitetónico e cultural, entendido aqui como uma herança a preservar, reconhece a necessidade de servir a critérios contemporâneos de conforto, salubridade, funcionalidade e acessibilidade. Neste contexto, a preservação está intimamente associada à evolução cuidada do espaço edificado.

“o desafio significa exatamente, fazer com que se salvaguardem os valores culturais que nos veem do passado sem recusar a sua transformação que a evolução da sociedade nos exige rumo ao desenvolvimento sustentável”⁷³.

Deste modo, o resultado desta evolução é um património vivo, ativo e atrativo para as pessoas.

Intervir no património arquitectónico não significa cristalizá-lo, estacar a sua progressão no tempo sob um qualquer pretexto de preservar a sua identidade ou a sua autenticidade. Intervir significará acrescentar, valorizar a identidade do objeto, descobrindo-a, interpretando-a e manifestando-a⁷⁴.

Desenvolveram-se no séc. XIX as primeiras reflexões sobre a temática da reabilitação. Destacando-se os escritos iniciais de Eugène Viollet-le-Duc e John Ruskin, mostrando as dissonâncias de teorias.

Eugène Viollet-le-Duc advoga uma posição visionária auxiliada por um momento de rutura. Estes argumentos da necessidade da máquina, da inovação, do futuro, de um novo estilo eram influenciados pela Revolução Industrial.

Ou seja, *“pretendia que o edifício intervencionado no ato da reabilitação atingisse o momento áureo da sua existência após a reabilitação, mas sem imposições ao projeto com origem na história de um dado monumento”⁷⁵.*

John Ruskin, pelo contrário, assume postura romântica e conservadora apresentada na sua obra *The Seven Lamps of Architecture* (1849). Designa a conservação como regra essencial,

⁷³ Ken Nunes, Livia Tirone, *Construção Sustentável, Soluções eficientes hoje, a nossa riqueza amanhã*, pág. 29.

⁷⁴ Vasco Pinheiro, *apud* Paulo Alexandre Teixeira, «Habitar o devoluto, (re)caracterização sustentável dos jardins do Mondego», pág. 61.

⁷⁵ Paulo Alexandre Teixeira, «Habitar o devoluto, (re)caracterização sustentável dos jardins do Mondego», pág. 83.

considerando que sempre que um edifício se transforme em ruína não poderá sofrer ações de reabilitação, dado que deverá respeitar a memória do mesmo edifício.

*“Para Ruskin (...) querer restaurar um edifício é ferir a autenticidade que constitui o seu próprio sentido. Parece que (...) o destino de qualquer monumento histórico é a ruína e a degradação progressiva”*⁷⁶.

Alois Riegl estabeleceu uma conformidade entre as duas teorias anteriores, combinava os valores memoriais e contemporâneos, porém, a postura a assumir dependia do estado em que se encontrava o edifício. *“Introduz também um novo tema relativo aos edifícios, a questão da Antiguidade, ou seja, o efeito do tempo no edifício e as marcas que este produz nele”*⁷⁷.

Jane Jacobs, já em pleno séc. XX, insere-se na corrente de pensamento individual sobre a reabilitação. No decurso do seu livro *Morte e Vida das Grandes Cidades*, emprega dois conceitos fundamentais para a preservação dos centros históricos: densidade e diversidade. Apoiando a reabilitação dos edifícios antigos e adaptando-os a novos programas e funções.

*Para Jacobs, as cidades precisavam dos edifícios antigos não como peças de museu ou contemplação, mas sim como objetos construídos de referência, aos quais os edifícios novos se poderiam juntar e completar. Os edifícios antigos eram para a autora uma oportunidade de tornar estruturas obsoletas em algo novo e que tivesse utilidade para as pessoas, podia responder assim às necessidades humanas.*⁷⁸

A partir do final do séc. XX, assiste-se à introdução da reabilitação como solução importante face ao desenvolvimento das cidades, embora tenha gerado diferentes teorias e correntes de pensamento.

Françoise Choay, uma das figuras mais preponderantes na teoria da arquitetura e do urbanismo do séc. XX, explana numa das suas obras mais ilustres, *Alegoria ao Património*, as definições de património no decorrer dos anos. Choay tal como Riegl, considera necessário uma análise ao estado do edifício e haver de acordo, uma ação preservação.

Em nota conclusiva, entendemos que a necessidade do reaproveitamento dos edifícios antigos, representam uma parte integrante na vida da cidade. É importante desenvolver obras de reabilitação, convocando as qualidades dos edifícios e garantindo a sua preservação e identidade do lugar.

⁷⁶ Françoise Choay, *Alegoria ao património*, pág. 160.

⁷⁷ Idem, pág. 171.

⁷⁸ José Fernandes, «As relações de espaço no reabilitar da arquitetura tradicional», pág. 49.

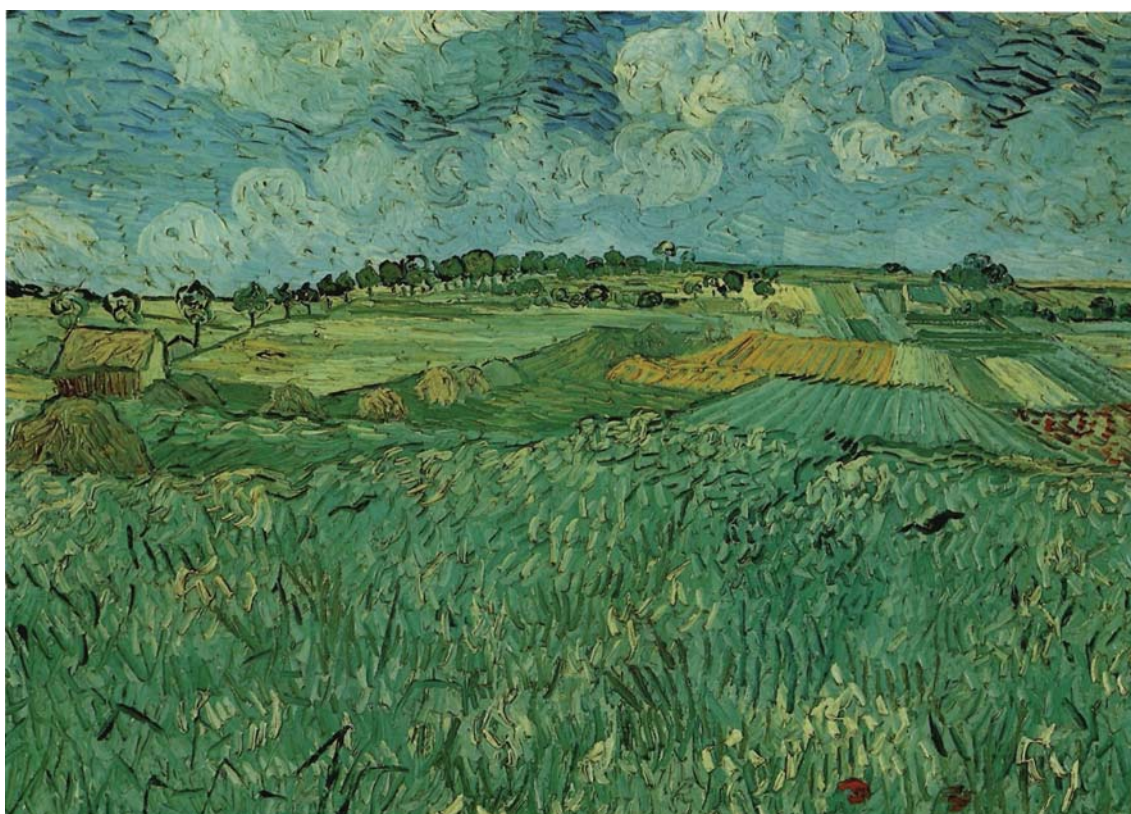


Fig. 16 La plaine près d'Auvers, Vincent Van Gogh 1874

3.2.1. Paisagem

*“O que mais há na terra, é paisagem.”*⁷⁹

O conceito de paisagem no Dicionário da Língua Portuguesa é exposto como uma *“extensão de terreno que se abrange com um lance de vista”* e também como *“desenho, quadro, género literário ou trecho que se representa ou em que se descreve um sítio campestre”*⁸⁰. Verifica-se a polissemia do termo, utilizada como paradigma em diferentes disciplinas.

O substantivo paisagem etimologicamente advém do francês *paysage*, que está associado à arte da pintura e a conteúdos rurais.

O mestre Gonçalo Ribeiro Telles, arquiteto paisagista afirma que a *“paisagem é tudo”* *“a paisagem quer dizer país, região + -agem, agir, ou seja, agir sobre a região”*⁸¹. Por isso, constitui uma referência à identidade de um povo; às relações dos ciclos e estações, aos costumes e formas de povoamento, às construções e aos materiais aplicados, assumindo neste contexto uma marca própria e de grande significado.

*“A designação de paisagem foi, durante algum tempo, utilizada aproximadamente no sentido de região”*⁸².

O interesse pela paisagem foi incentivado pela viagem, e importa salientar que esta *“exprime um desejo profundo de mudança interior, uma necessidade de experiências novas, mais ainda do que deslocação local”*⁸³.

Portugal é reconhecido pela epopeia dos descobrimentos, pioneiro nas primeiras viagens à descoberta de novos territórios, eternizados pelo poeta português Luís Vaz de Camões, na narração da descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama, na obra *Os Lusíadas*. Estes vastos legados de viagens e descobertas, protagonizados por muitos viajantes portugueses, *“catalisaram o processo de invenção da paisagem”*⁸⁴.

Neste contexto, é importante referir a obra do professor Orlando Ribeiro, que explorou a geografia de Portugal, através de viagens de investigação que ajudaram à composição de um amplo conjunto de documentos escritos e em imagens fotográficas, retratando paisagens e modos de vida em meados do séc. XX, constituindo um património valioso e que cooperou na identificação do país e suas regiões; sendo elemento inestimável em qualquer ação de salvaguarda e de recuperação paisagista.

A paisagem *“constitui o diagnóstico de uma organização humana no território”*⁸⁵ contudo, tem sofrido sucessivas transformações ao longo das últimas décadas.

⁷⁹ José Saramago, *Levantado do chão*, pág. 9.

⁸⁰ Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, Disponível em: www.priberam.pt/dlpo/paisagem [Consultado dia 30 de maio de 2015].

⁸¹ Gonçalo Ribeiro Telles, «A Paisagem é tudo», in *Jornal Pessoas e Lugares* nº16, pág. 5.

⁸² Orlando Ribeiro (2001), *Paisagens, Regiões e Organização do espaço*.

⁸³ Jean Chevalier, *Dicionário dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*, pág. 691.

⁸⁴ Jorge Gaspar, *O retorno da paisagem à geografia, Apontamentos místicos*.

⁸⁵ Gonçalo Ribeiro Telles, op. cit., pág. 2.

A queda do campo e a ascensão da cidade denota-se nas paisagens agrícolas abandonadas ou em vias de obsolescência, devido ao êxodo rural; o desaparecimento das formas de organização tradicional e os fatores principais de produção.

A paisagem alterou-se para responder às mudanças sociais da sociedade contemporânea. Deste modo, as características que asseguravam o “*mosaico das paisagens-tipo de cada região*”⁸⁶ foram desaparecendo progressivamente. “*Sem dúvida que estamos a assistir à morte, não da paisagem mas de uma determinada forma de conceber a paisagem, a paisagem dita tradicional, bucólica e idílica à semelhança das paisagens naturalistas dos românticos*”⁸⁷. O movimento de emigração nos anos 60 contribuiu para a transformação da paisagem, mas houve territórios “*ainda vividos pelos últimos guardiões de culturas rurais e tradicionais*”⁸⁸ que persistiram em cultivar as terras, com base em uma agricultura de antiga tradição e na criação de animais, que ampararam o sustento das famílias.

No entanto, houve a necessidade de agricultor residir na sua propriedade, situação que deu origem ao processo de individualização da paisagem e ao aparecimento dos designados “*«pontinhos brancos» - a famosa «ocupação dispersa»*”⁸⁹.

“*As pessoas parecem querer fugir uma das outras - verifica-se uma tendência para abandonar os pontos nodais em favor de uma ocupação esparsa de todo o território*”⁹⁰.

⁸⁶ Álvaro Domingues (2001), op. cit., pág. 56.

⁸⁷ Teresa Alves, *Paisagem - em busca do lugar perdido*, pág. 71.

⁸⁸ Álvaro Domingues, op. cit., pág. 57.

⁸⁹ Pedro George, *Paisagem - do urbano ao rural, notas a partir de Lisboa*, pág. 119.

⁹⁰ Gordon Cullen, *Paisagem Urbana*, pág. 61.

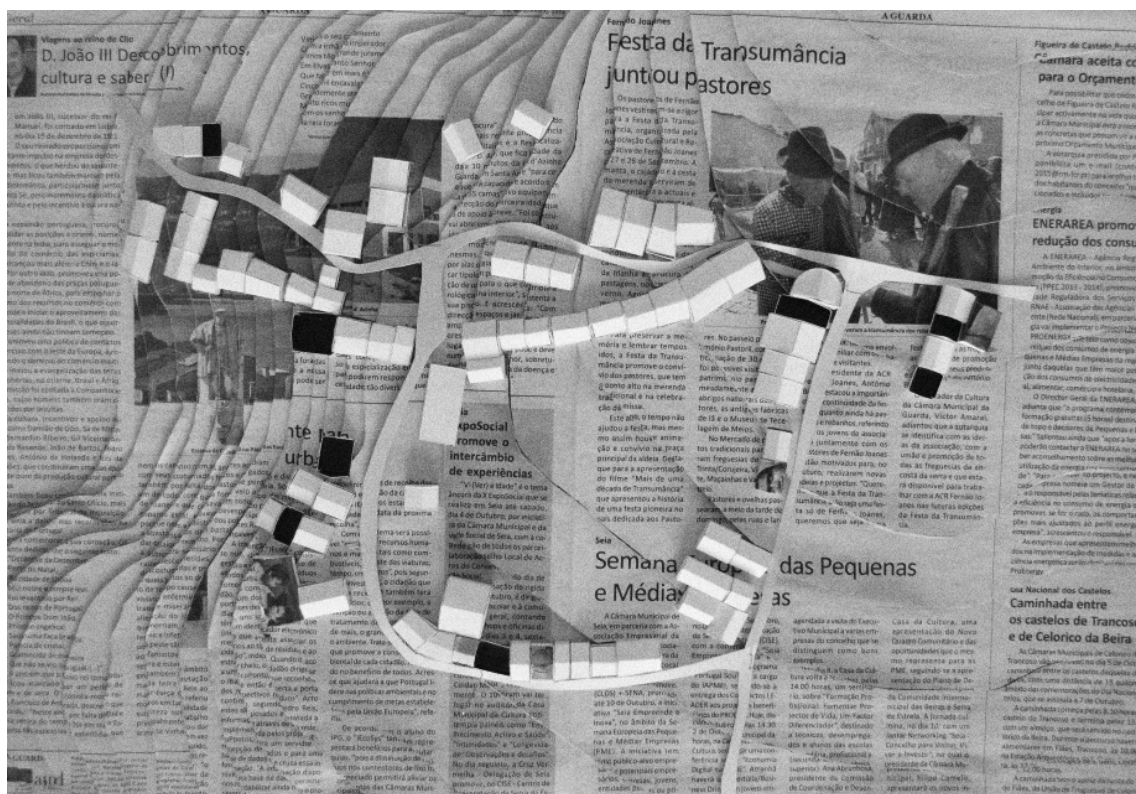


Fig. 17 Maquete de estudo

Capítulo 4: Da teoria à prática

4.1. Casos de estudo

As três obras apresentadas neste capítulo, para além da inquestionável qualidade arquitetónica portuguesa, têm uma “espinha dorsal comum”, pois todas elas se constroem sobre o construído.

Os projetos ilustram os conceitos de (re)habitar e reabilitar, abordados nesta dissertação e surgem como exemplo prático destes. A análise centra-se em dois edifícios de habitação unifamiliar e um empreendimento hoteleiro.

Pela necessidade de garantir critérios de conforto e funcionalidade, aceitáveis pela sociedade contemporânea, resultaram numa afirmada modificação da matéria preexistente - o construído que é “novamente” construído. No entanto, todos resultam em melhorias das condições de habitar e, julga-se, no respeito e mesmo na valorização das respetivas preexistências.

Esta apresentação não tem como objetivo principal, uma análise intensiva dos projetos, mas assumiu-se como instrumento essencial para a concretização da proposta arquitetónica apresentada nesta dissertação.

A distinção da leitura da preexistência foi fundamental para que a escolha recaísse nestes projetos, no primeiro a preexistência em estado de ruína foi conservada, preservando a sua memória e identidade; no segundo projeto encontramos alterações a nível dos usos e funções do edifício preexistente, não provocando uma mudança na forma mas apenas pequenas alterações precisas e no terceiro projeto apresentado, de uma escala maior, o arquiteto após uma leitura e interpretação de cada preexistência, optou por dois diferentes tipos de reabilitação: a alteração, de acordo com a necessidade de novos usos e funções e a transformação, que produz as mudanças essenciais ao propósito do novo projeto.



Fig. 18 São Roque- Açores

Casa E/C - SAMI-arquitectos

“Pico é a mais bela, a mais extraordinária ilha dos Açores, duma beleza que só a ele lhe pertence, duma cor admirável e com um estranho poder de atração.”⁹¹

A referência à paisagem da ilha do Pico é essencial, com uma altitude de 2351m, é o ponto mais alto de Portugal.

A casa E/C é uma casa de férias, em São Roque do Pico, para um casal de Lisboa, um projeto do ateliê SAMI-arquitetos, fundado em 2005 por Inês Vieira da Silva e Miguel Vieira.

Este projeto foi nomeado para o European Union Prize for Contemporary Architecture - Mies van der Rohe Award 2015.

A primeira descrição que se pode fazer é relativa à ruína: uma permanência, um símbolo de continuidade do tempo com uma *“bela atmosfera negra, sóbria e enigmática”⁹²* que fascinou os clientes quando compraram o terreno. A ruína apresentava uma estrutura rudimentar, em referência às construções primitivas existentes em Portugal, em que o piso inferior servia para a guarda dos animais e o superior para habitação. De acordo, com a tradição da ilha, as paredes são de basalto empilhado a seco, sem qualquer argamassa.

Este projeto localiza-se numa encosta de grande declive e num terreno marcado pelo cultivo de milho.

“O desejo dos clientes era recuperar a bela ruína”⁹³, mas o ateliê defendeu como processo fundamental, construir a casa dentro da ruína, assim manteria a sua integridade e poderia assumir uma interpretação própria do lugar.

Este projeto assenta em dois planos horizontais, que adquirem uma valência específica, estabelecendo um contraste com a topografia inalterada, criando uma cobertura nivelada e correspondendo a um ambiente de contemplação sobre a paisagem.

Existindo uma dualidade manifestada pelo perímetro limitado do existente e do interior liberto e acolhedor, a visibilidade de dentro para fora é fortemente condicionada pelas aberturas que proporcionam vistas próximas coibidas, mas estruturadas, por paredes de pedra. É contudo no terraço do primeiro piso orientado a norte, que se assume um ponto de observação privilegiada, direcionando o olhar para o Atlântico.

São volumes paralelepípedicos simples, compostos sobretudo de “caixas” de formas geométricas primárias - quadrado e retângulo - que se repetem, mas que se submetem a transformações de redimensionamento, rotações e translações.

A simplicidade da organização geral - três quartos, uma suite, sala de estar, cozinha + sala de jantar e quatro terraços articulados de forma especial.

Evoca-se a arquitetura de dois tempos, em que a ruína participa na conformação do espaço, estabelecendo relações de contemplação e vivência.

⁹¹ Raul Brandão, *As ilhas desconhecidas*, pág. 95.

⁹² Isabel Barbas, «Na ‘Ilha Negra’», Disponível em: www.jornalarquitectos.pt/na-ilha-negra [Consultado a 19 de maio de 2015].

⁹³ *Ibidem*.



Fig. 19, 20 e 21 Paisagens



Fig. 22 e 23 Ruína habitada



Fig. 24 e 25 O íntimo da ruína



Fig. 26 Cortegaça- Mortágua

Palheiro na Cortegaça - João Mendes Ribeiro

“diante do mar só uma construção transitória, uma barraca, é que fica bem.”⁹⁴

Não estando junto ao mar, mas tratando-se de um dos melhores exemplos de construção junto ao mar, analisamos um projeto do ateliê João Mendes Ribeiro.

Os palheiros são construções agrícolas e aparecem vulgarmente destinados ao armazenamento de alimentos e alfaías agrícolas.

A proposta desenvolvida entre 2000 a 2005 prevê a reconversão do palheiro para habitação unifamiliar em Cortegaça, concelho de Mortágua e distrito de Viseu.

Num espaço com forte ligação ao passado, implantou-se a nova habitação e também uma garrafeira/corredor que funciona como ligação à casa principal, respeitando a sua autonomia. Optou-se pela conceção de uma garrafeira, dado que a propriedade produz vinho.

Esta reconversão propôs manter a fachada e cobertura pré-existentes, contudo introduziram-se pequenas aberturas devido à necessidade de adaptação ao programa.

Criou-se uma nova atmosfera, que é marcada por uma “pele” de madeira de pinho que oferece ao espaço uma *“malha de luz constante ao longo do dia”⁹⁵*, preservando a identidade da construção. Subsiste a possibilidade da sua leitura temporal através da estrutura-mãe que foi preservada, uma volumetria autêntica e com uma métrica construtiva muito rigorosa. *“Apostámos num corpo unificado, que tem materiais tradicionais mas, quer na organização dos espaços, quer na vivência dos espaços é muito contemporâneo”⁹⁶*.

Apesar da mudança funcional do edifício manteve-se o espírito e a forma, e proporciona novas vivências.

No piso térreo situa-se a sala de refeições, instalação sanitária, cozinha e sala de estar com duplo pé-direito, sendo o espaço de transição entre os dois pisos determinado pela escada, um elemento original e marcante.

No piso superior, onde anteriormente também era habitação, encontra-se a zona de trabalho que se abre para a sala, a instalação sanitária, esta que resolve que resolve o problema da circulação e o quarto.

As paredes brancas que encenam a espacialidade doméstica são ancoradas por uma marcação de elementos perpendiculares, de forma a que a composição formal acentue o eixo longitudinal.

Os arranjos exteriores são da autoria da arquiteta Teresa Alfaiate e foram concebidos com o objetivo de manter o carácter rural da propriedade.

⁹⁴ Raul Brandão, *Os Pescadores*, pág. 143.

⁹⁵ João Mendes Ribeiro (2009). Entrevista ao arq. Mendes Ribeiro, in Mafalda Trindade (2010).

⁹⁶ «Reabilitar para habitar», pág. 26.

⁹⁶Idem, pág. 87.



Fig. 27 e 28 Ambiente interior

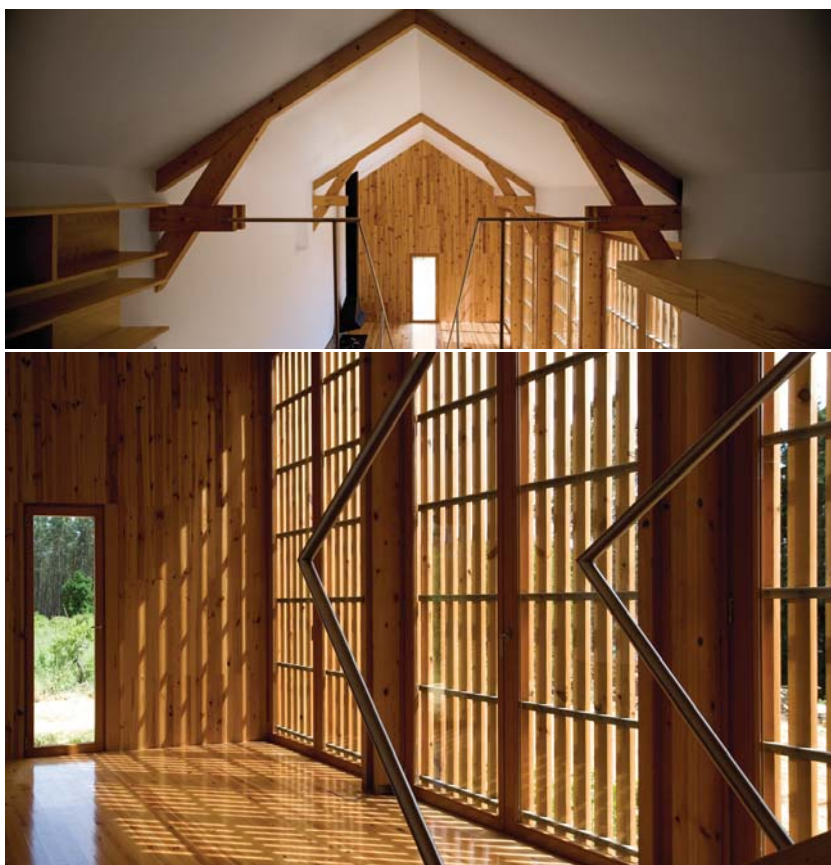


Fig. 29 e 30 Penetrações de luz



Fig. 31 e 32 Atmosferas

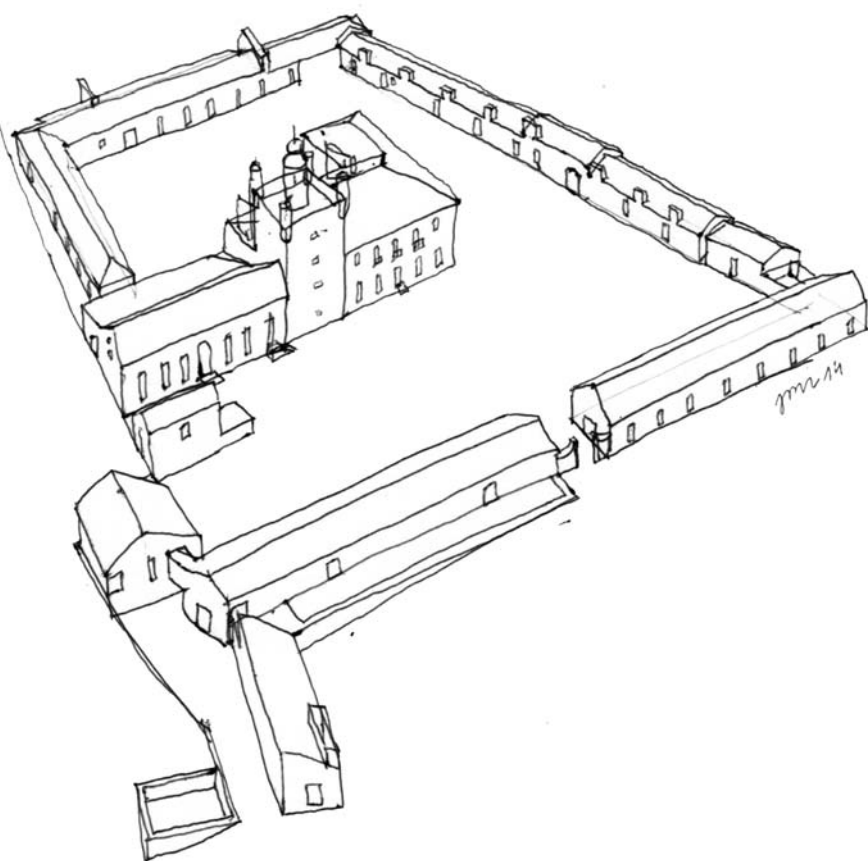


Fig. 33 Vaiamonte- Monforte

Torre de Palma - João Mendes Ribeiro

“Em Março de 1947, quando Joaquim Inocêncio lavrava uma terra na herdade chamada Torre de Palma, a aiveca do charrueco levantou um pedaço de mármore, trabalhado (...) e assim apareceu um mosaico!”⁹⁷

Torre de Palma Wine Hotel está situado em Vaiamonte, concelho de Monforte, inserido na paisagem do Alto Alentejo. Um projeto do arquiteto João Mendes Ribeiro, que foi distinguido em 2014 com o prémio *“Melhor Empreendimento Turístico no Alentejo”*.

Na herdade de Torre de Palma, existia um conjunto de edifícios que datavam o ano de 1338, entendidos aqui como o elemento coordenador de todo o projeto. Neste sentido, a *“intervenção incluiu tanto a recuperação e remodelação do conjunto dos edifícios preexistentes como a construção de raiz de um conjunto de novos edifícios”⁹⁸*.

Assim, propôs-se a reabilitação das preexistências introduzindo alterações precisas, e a conceção de novos elementos arquitetónicos, fundamentais para a resposta a um projeto de hotel de luxo.

O arquiteto pretendeu manter as características originais do lugar, relacionando a tradição e a modernidade, a paisagem natural e a paisagem urbana.

Garantindo a unificação do conjunto, o terreiro central foi regularizado; aqui encontra-se a casa-mãe que no piso térreo, acolhe os espaços de receção e serviços administrativos e no piso superior a habitação dos proprietários.

“A torre, a que este local dá nome”⁹⁹ funciona como biblioteca e observatório astronómico.

O Torre de Palma Wine Hotel possui uma diversidade tipológica notável, com dezanove unidades de alojamento, sendo que oito se referem às características das casas típicas alentejanas; sendo resultado da reabilitação das casas de operários, antigas oficinas e de um antigo celeiro, que também alberga um SPA. Existia uma capela, na qual se pretendeu manter as suas características arquitetónicas originais.

“Os edifícios construídos de raiz têm duas naturezas distintas: edifícios que substituem antigas construções - degradadas e sem interesse patrimonial ou arquitectónico - e edifícios que se implantam segundo novas regras, fora do núcleo original.”¹⁰⁰

Ao admitir a substituição, apresenta-se: a adega; o restaurante e a casa do caseiro, executados na localização exata das antigas construções.

Fora do núcleo original, implantou-se o conjunto da piscina com balneários e áreas técnicas; as arrecadações agrícolas; as zonas técnicas; a área de estacionamento coberto e o novo edifício das cavaliarias agregado à zona do picadeiro.

⁹⁷ D. Fernando Almeida, *O Mosaico dos Cavalos*.

⁹⁸ João Mendes Ribeiro, «Torre de Palma Wine Hotel», Disponível em: www.domalomenos.com/filter/architectural_photography/Joao-Mendes-Ribeiro-Torre-de-Palma-Wine-Hotel [Consultado a 27 junho de 2015].

⁹⁹ www.torredepalma.com [Consultado a 27 junho de 2015].

¹⁰⁰ João Mendes Ribeiro, op. cit.



Fig. 34 e 35 Outros ritmos, outros modos



Fig. 36 e 37 Diferentes horas



Fig. 38 e 39 Heranças

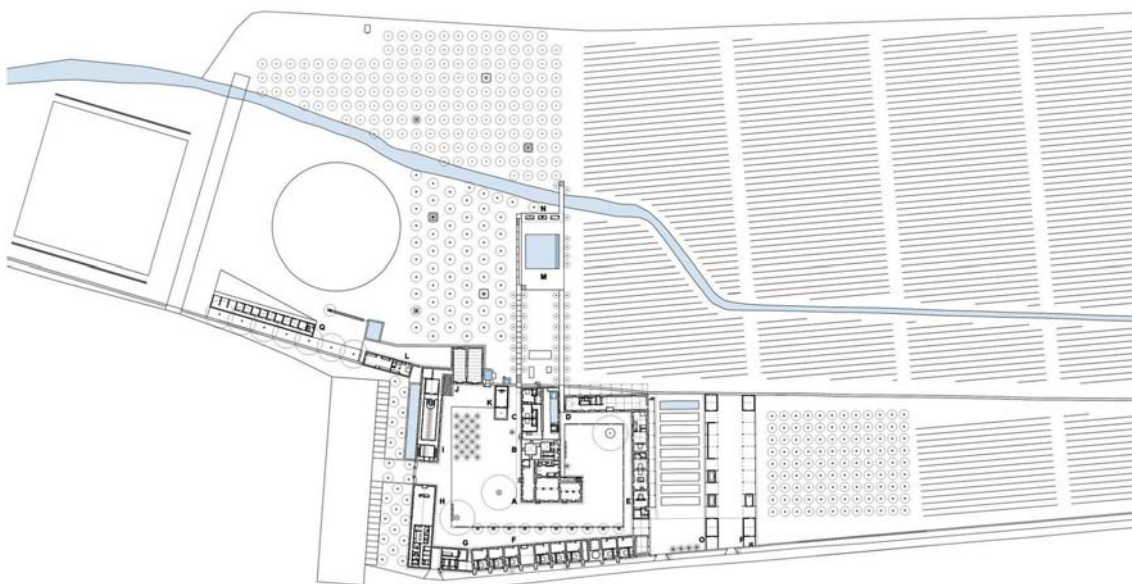


Fig. 40 Primeira planta- Torre de Palma

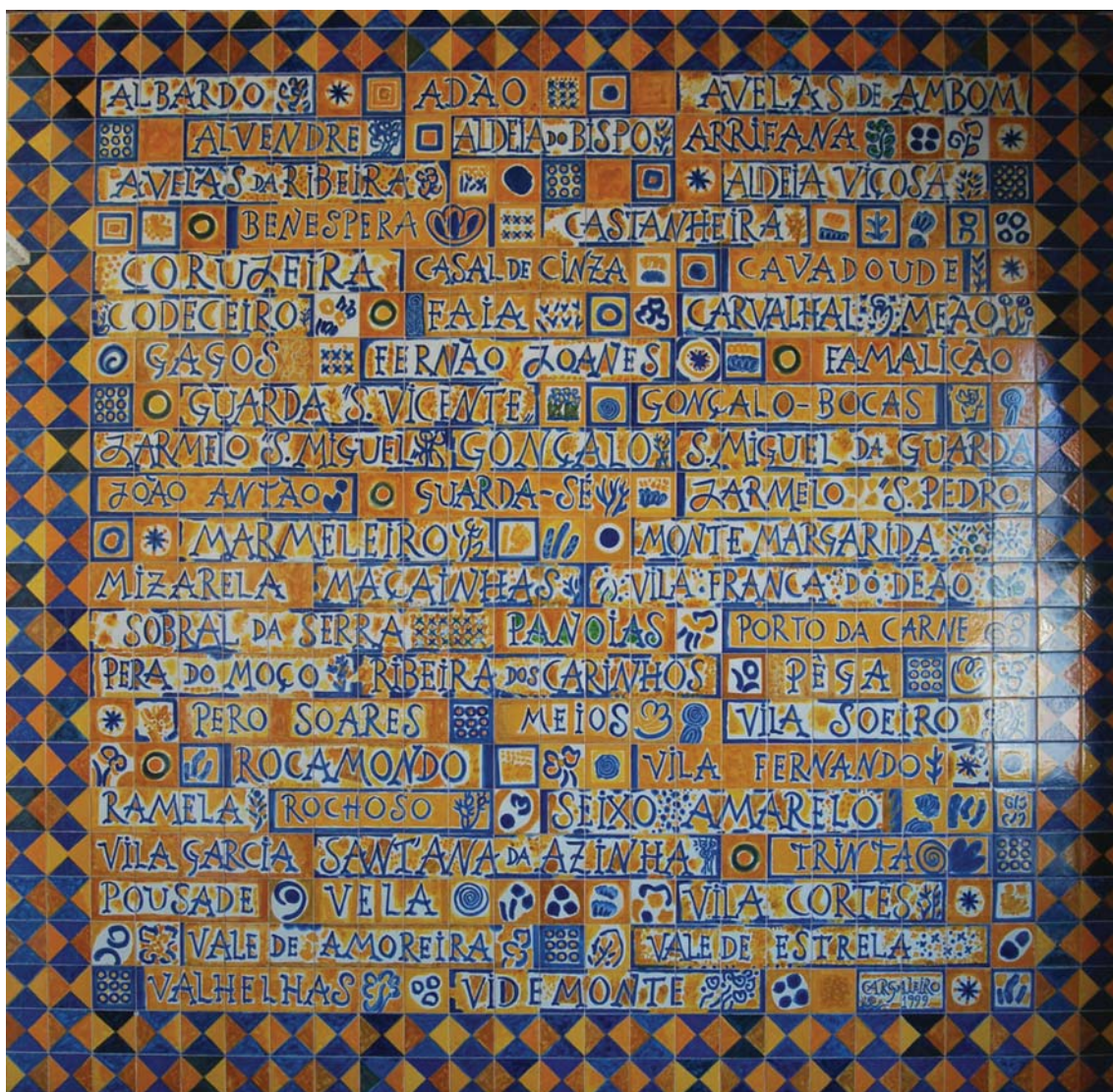


Fig. 41 Freguesias da Guarda. Painel de azulejos- Manuel Cargaleiro 1999

Capítulo 5: Espaço intemporal

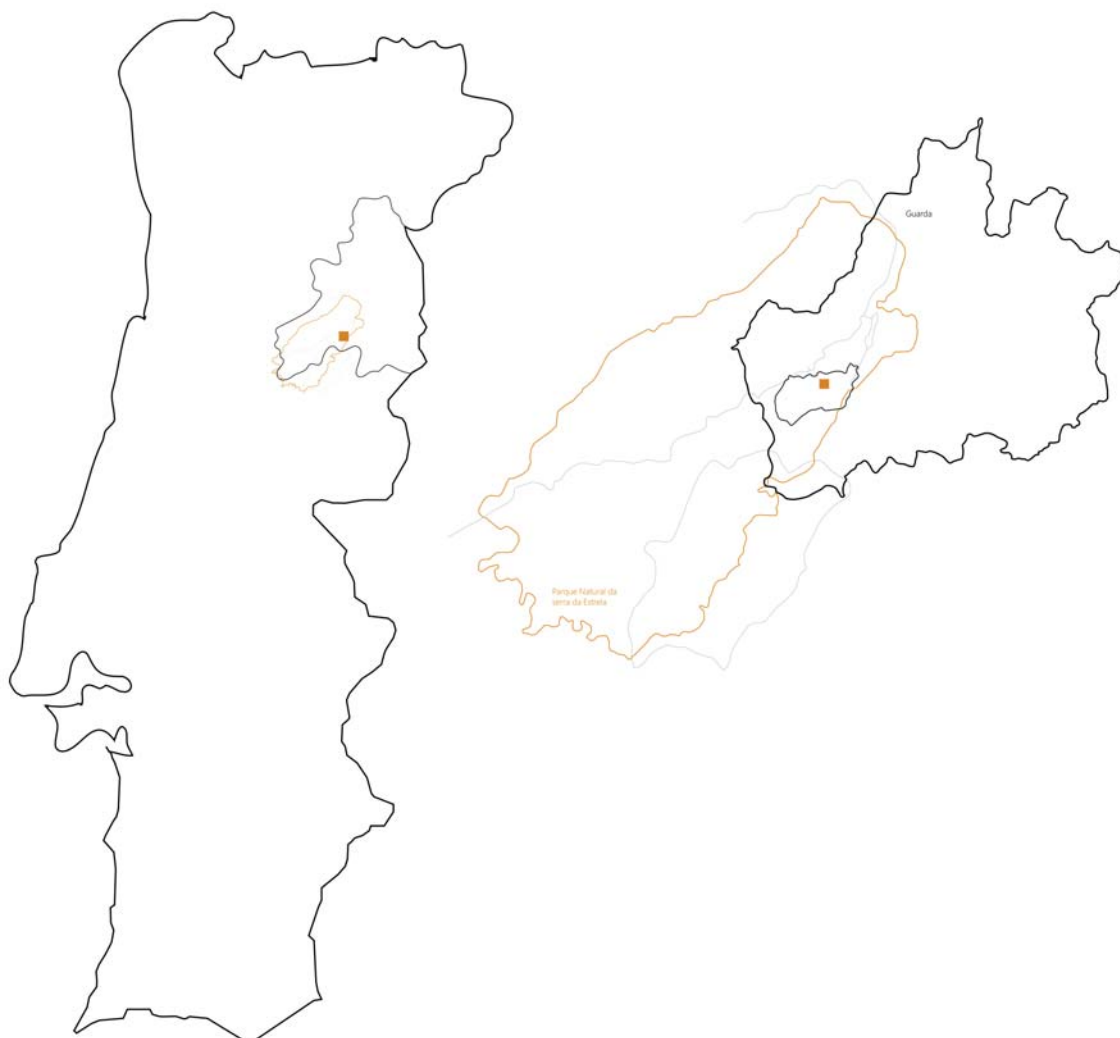


Fig. 42 Esquemas de localização

5.1. Localização

*“atingido o alto de Fernão-Joanes, muda-se de vertente. Perde-se a vista do vale que nos seguia e surge outro vale inesperado e belo”*¹⁰¹

Fernão-Joanes é uma freguesia do concelho, distrito e bispado da Guarda, está localizada em pleno Parque Natural da serra da Estrela, que constitui uma das mais extensas áreas protegidas.

Confina com as seguintes freguesias: Corujeira, Famalicão da Serra, Meios, Trinta, Vale de Estrela e Videmonte, tem uma área aproximada de 25km² e uma altitude média de 1020m.

Conta com uma população residente de 269 pessoas, de acordo com os Censos 2011¹⁰², sendo a maioria da população envelhecida e de uma cultura agro-pastoril.

Como aspeto fundamental para a sua qualidade em termos de coberto biovegetal, a zona recebe influências climáticas atlânticas e mediterrânicas, afetando também a geologia e o relevo que determinam a paisagem e a forma como o terreno é ocupado.

Fernão-Joanes tem uma temperatura média de 11,2°C, e um clima quente a temperado, existindo mais pluviosidade no inverno que no verão, com uma média anual de 1251mm.

É inevitável, a referência à qualidade do ar da Guarda, está cientificamente provado que o ar da cidade da Guarda é de elevada pureza e tem propriedades consideradas altamente benéficas para a saúde.

A região está englobada na zona atlântica do país, *“Aqui é ilícito falar de um Portugal Atlântico quase puro”*¹⁰³, caracterizada pelo relevo acidentado, por uma vegetação vigorosa e abundante, assim como por uma variada cultura de sequeiro.

A nível da flora, existe uma elevada diversidade biológica, referindo-se, em seguida, algumas das espécies que caracterizam a paisagem desta região: amieiro, carvalho-cerquinho, castanheiro, cerejeira-brava, freixo, pinheiro-bravo e salgueiro; predominando as árvores de folha caduca.

A variedade dos solos, a riqueza da flora e o carácter do clima, determinam a fauna caracterizada pelo: cão da serra da Estrela, estorninho-preto, gato-bravo, javali, lobo ibérico, raposa, rola branca e ovelha.

Como principais potencialidades da freguesia de Fernão-Joanes, refere-se a gastronomia, destacando-se: castanhas, chouriça, cogumelos, farinheira, morcela, queijo da serra da Estrela e requeijão¹⁰⁴.

¹⁰¹ *Guia de Portugal 3ºVol.*, cap.3.50, pág. 2.

¹⁰² Instituto Nacional de Estatística, Disponível em: mapas.ine.pt/ms_tmp/e8ffhvb5f8mrvnds44snq7uub4.pdf [Consultado a 9 de maio de 2015].

¹⁰³ Orlando Ribeiro (1945). op. cit., pág. 71.

¹⁰⁴ António Pena, *Guarda: Um roteiro natural do concelho*.

5.2. Toponímia¹⁰⁵

No contexto histórico, são reduzidas as informações relacionadas com Fernão-Joanes, permanecem incertezas acerca da evolução desta e como resultado, não foi objetivo deste trabalho a descrição histórica da aldeia; apenas reunimos um conjunto de informações monográficas, as quais julgamos necessárias para o âmbito desta dissertação.

Na presença de testemunhos epigráficos, sítios arqueológicos e de preexistências romanas, localizados nas zonas de elevada altitude, confirma-se a presença humana nesta região.

Na Alta Idade Média, a partir do séc. X denotam-se vestígios de um povoamento mais persistente, sublinhado pela existência de oito estações arqueológicas, nas freguesias de: Corujeira, Fernão-Joanes, Meios e Videmonte. Na freguesia dos Meios, localiza-se a importante necrópole constituída por treze sepulturas antropomórficas, conhecida como a Tapada dos Mouros¹⁰⁶. Neste contexto, supõe-se a existência de pequenos núcleos populacionais dispersos. Contudo, só nos séculos XII/XIII é que as populações cristianizadas se estabeleceram permanentemente no concelho da Guarda. Considerando os dados de toponímia, identificamos a influência árabe e romana, pela aplicação de nomes ligados a espécies de animais, vegetação e a atividades agrícolas, tais como: Corujeira, Codeceiro, Maçainhas e Marmeleiro; e as populações que devem o seu nome ao senhorio, como por exemplo: Fernão-Joanes, Gonçalo e Pêro Soares.

Assim, Fernão-Joanes poderá ter-se desenvolvido a partir de um pequeno núcleo de casas, na tutela de um povoador. Na tradição local admite-se que teria sido no passado uma grande quinta e como o senhorio não tinha descendentes, legou os seus bens a todos os servidores.

Em 1260, surge após uma atualização de dados da diocese da Guarda a igreja *S. Petrus de Eiras Fernandi Johis* portanto, pode considerar-se a hipótese histórica de existir um povoado S. Pedro de Eiras, combinando o nome do seu povoador e as características morfológicas deste lugar.

Deste modo, será que podemos admitir dois povoados distintos, Eiras - lugar onde se localiza a intervenção proposta nesta esta dissertação - e Fernão-Joanes?

Não existem dados que ajudem a esclarecer estas dúvidas, embora se possa considerar que as *“Eiras possam ter sido no passado, um castro, ocupado durante a Reconquista Cristã (séc. XI/XIII)”*¹⁰⁷, atendendo às necrópoles existentes na região e pela sua localização elevada, com um bom controle visual da paisagem circundante. Sendo assim, este núcleo das Eiras pode ter sido o embrião de Fernão-Joanes, mas com o passar do tempo tornou-se num local de menor importância, com a descida dos habitantes para a encosta mais fértil.

No séc. XIV, seria óbvia a distinção de povoados, mas a junção das suas igrejas demonstra uma proximidade eclesiástica. Atualmente, não existe qualquer vestígio da igreja nas Eiras.

¹⁰⁵ **Toponímia** “s.f. designação das localidades pelos seus nomes” Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, Disponível em: www.priberam.pt/dlpo/topon%C3%ADmia [Consultado a 18 agosto de 2015].

¹⁰⁶ Américo Rodrigues, *A Transumância e Fernão-Joanes - sonhos transumantes*

¹⁰⁷ Idem, pág. 8.

Em 1758, denota-se um evidente aumento de população e referente às Eiras deixou de haver referências documentais. Podendo concluir que já seria lugar de domínio transumante e destinado à guarda de animais e cereais.

Considerando que a maioria das construções da aldeia sofreram alterações, apenas um exíguo número de exemplares arquitetónicos e artísticos se mantiveram, e é neste contexto que se afirma que toda a área central da aldeia se consolidou no início da Época Moderna.

No Numeramento de 1527 - tratado cartográfico, Fernão-Joanes foi classificada como uma aldeia de razoáveis dimensões, incluída no conjunto de localidades mais populosas da Guarda.

Analizando a estrutura urbanística de Fernão-Joanes, deparamo-nos com um aglomerado concentrado, caracterizando-se ainda hoje por alguma unidade arquitectónica, apesar da presença, aqui e além, de alguns edifícios descaracterizados.

A totalidade do espaço construído mais preservado inserindo-se no contexto geral da construção beirã popular: edifícios de dois pisos, com habitação no piso superior e lojas no inferior, alçados de aparência simples e pouco rasgados, na grande maioria construção em alvenaria em granito sem revestimento.¹⁰⁸

¹⁰⁸ João Paulo Martins das Neves, «O património arquitectónico/artístico de Fernão-Joanes», pág. 69.

5.3. Romarias

Uma das marcas mais profundas da identidade de Fernão-Joanes são os festejos dedicados à Nossa Senhora do Soito, realizados no segundo domingo de maio. Uma festa de carácter religioso, que também desenvolve um programa cultural, baseado nas tradições pastorícias, ganhando preponderância também em outros eventos.

Estes festejos realizam-se na capela da Nossa Senhora do Soito, situada a 2km da aldeia, num cenário natural na encosta da serra. Após os atos religiosos, realizam-se as expectáveis arrematações em honra da santa; a bênção dos rebanhos e a amostra da tosquia.

Um ritual de fusão pagã e religiosa, onde as ovelhas se exibem lavadas e enfeitadas com borlas de lã, colares e celas, exemplos do património imaterial da aldeia, sendo depois benzidas, de forma a ficarem protegidas contra os males do ano vindouro.

O pastor, em agradecimento, dá volta à capela com o seu rebanho, transformando-se num cenário ideal e motivo de orgulho para todos quando este consegue que o seu rebanho continue às voltas sem a presença dele. Estes momentos têm o poder de valorizar as tradições ancestrais.

São poucos os pastores que ainda conhecem a arte de tosquiar, apenas os mais velhos o fazem, de forma concentrada e silenciosa, prendem as patas dos animais, e bordam formas geométricas cuidadosamente, com a ponta da tesoura. Estes pastores confessam que a inspiração dos seus bordados são dos “saiotes” que as raparigas do seu tempo usavam. Um espetáculo de cultura erudita, pretendendo obter novos públicos para as artes antigas.

Não se poderia deixar de referir um dos mais belos exemplos da arte pastorícia, Maria de Almeida Silva, nasceu em 1924, e agora com noventa e um anos é reconhecida pelos seus enfeites para as ovelhas, atrás descritos. Uma aptidão única, que mistura lã, cor, formas geométricas e botões. Estas criações surgiram noutra tempo, no fomento de embelezar as ovelhas na festa da celebrada Nossa Senhora do Soito, e com o tempo transformou-se numa forte identidade local. Um património imaterial, da qual sou herdeira e que se traduz, num justo motivo para a valorização de matrizes identitárias pastorícias.

Após o quase desaparecimento da atividade pastorícia, tem sido nas Eiras nos últimos dez anos, que Fernão-Joanes se assume como palco natural para retratar a tradição da transumância e do seu imaginário coletivo.

A Festa da Transumância é um projeto pioneiro, criando um novo foco de atividades rurais com características próprias, associadas à temática da pastorícia e da lã, como a ordenha e a tosquia das ovelhas, o fabrico do queijo da serra da Estrela e realização de percursos transumantes. A Festa da Transumância, em Fernão-Joanes, realizada habitualmente em setembro, e a Festa dos Chocalhos, em Alpedrinha, apontam para o sucesso na criação de eventos desta temática.



Fig. 43 Pastor

5.4. Caracterização Urbana

*“Tudo é neutro como as pedras da serra, a que é preciso descobrir beleza na coesão dos átomos e na serenidade com que assentam no chão.”*¹⁰⁹

Morfológicamente, *eira* define-se como: área, extensão de terreno; terreiro liso e duro, mais ou menos circular, onde se põe a secar os cereais ou legumes e onde se desbulham e limpam¹¹⁰.

Apesar de persistirem algumas incertezas, no que diz respeito à origem e função das Eiras, advém da mitologia da aldeia considerar-se que foi local de abrigo do gado e guarda de alimentos, pressupondo a proibição destes animais na povoação de Fernão-Joanes.

Eiras é um lugar singular, com traços de identidade pastoril e uma cuidadosa integração na paisagem, admitindo como elemento estruturante as setenta e seis construções primitivas, também existentes em múltiplas zonas de Portugal.

Apresentam-se como pequenos abrigos, de forma simples, em pedra solta, sobreposta sem qualquer regra, entendidas como construções rudimentares; aliadas a tipologias simples e construções dispersas.

Ernesto Veiga de Oliveira, na sua obra *Construções Primitivas em Portugal*¹¹¹, sugere três tipologias de abrigos com diferentes variantes, adaptando-se às condições geográficas e ambientais dos lugares: os abrigos naturais sem quaisquer modificação ou arranjo, tendo como exemplo a obra literária *O covil* de Frank Kafka ou *A caverna* de José Saramago; os abrigos semi-naturais e os artificiais. E perante esta classificação consideramos os abrigos artificiais, os que possuem qualidades habitacionais, admitindo-se que constituem agora espaços rudimentares e precários, que servem de local de guarda de animais e cereais; podendo indistintamente tomar como comparação as construções existentes nas Eiras.

Num processo de estudo, pressupõe-se que os fatores do meio geográfico influenciam o modo de habitar, mas para Albert Demangeon, aquilo que caracteriza as habitações rurais é o seu interior, na aceção das funções que nelas se verificam.

No âmbito das classificações das casas rurais de Demangeon, aduzimos um conjunto de fundamentos necessários para a compreensão da morfologia das Eiras - partindo de três paradigmas: *casa elementar*, *casa-pátio* e *casa bloco-típica*.

A *casa elementar*, baseada na planta quadrangular alia-se, então à rudeza da técnica e dos materiais utilizados; conduzindo a um tipo de construção tradicional, que encontramos sobretudo nas zonas serranas; atualmente, com atributos pastoris.

¹⁰⁹ Miguel Torga (2015), op. cit., pág. 57.

¹¹⁰ **Eira** “s.f. terreno liso ou empedrado onde se põem a secar e se trilham ou desgranam legumes ou cereais” Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, Disponível em: www.priberam.pt/dlpo/eira [Consultado a 11 de março de 2015].

¹¹¹ Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Construções primitivas em Portugal*.

Em geral, na zona serrana o povoamento é concentrado; assim as casas agrupam-se, conjugam-se e misturam-se, face às condições orográficas e à qualidade dos terrenos, sem que isso altere a simplicidade estrutural da construção.

A traços largos, os povoados da Beira impressionam pela relação estreita que mantêm com o meio natural - rude, pedregoso e pobre - pela preponderância do factor agrícola, pela estrita economia das soluções, pelo primitivismo, a irregularidade e emprego dos materiais de mais fácil aprovisionamento local, com predomínio da pedra.¹¹²

Decorre desta ambivalência a capacidade de se adaptar às restrições que a serra impõe. Além da referida utilização da pedra, como material estruturante - granito ou xisto - desenvolve-se uma composição característica serrana: os telhados de duas águas, com cobertura de colmo, presentemente substituída pela telha de canudo; a utilização de *cápeas*¹¹³, para sustentar a cobertura; construções de andar térreo, com escassas aberturas e a porta, de um só batente, emoldurada no exterior por ombreiras e padieiras. Ocasionalmente incluem um pequeno recinto; irregular, erguido de pedras mal encastradas.¹¹⁴

A casa elementar, isolada ou agrupada nas povoações, deve acrescentar-se ao conjunto de edifícios dispostos à roda de um pátio interior, aberto ou fechado, com habitação, palheiros, abrigos de gados, forno de cozer pão, etc.¹¹⁵

A ação de composição entre casas elementares, em torno de um recinto central, concorre para a definição de *casa-pátio*. De igual modo, está projetada através da planta quadrangular simples, os edifícios distribuem-se através de um espaço principal, podendo este ser aberto ou fechado; delimitado por várias dependências rurais, sendo a entrada marcada por um portal de grande dimensões, na fachada voltada para a rua.

E por último, descrevemos a *casa bloco-típica*, que apresenta uma estrutura organizacional hierarquizada, confinada por uma construção principal de dimensões consideráveis, avultada de pedra sem reboco, e em redor desta algumas dependências ou anexos específicos, de carácter tosco e rude, com dimensões reduzidas, como por exemplo: cortes e estábulos; palheiros, sequeiros ou espigueiros; construções para a guarda de animais, cereais e alfaías agrícolas, que se distribuem à volta de um terreiro ou quinteiro

É importante comparar as três tipologias, atrás descritas, com as construções existentes nas Eiras.

¹¹² Arquitectura Popular em Portugal, op. cit., pág. 14.

¹¹³ **Capeia** “s.m. pedra grande com que se reveste a parte superior de uma parede, de um cano, etc.” Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, Disponível em: www.priberam.pt/dlpo/capeia [Consultado a 12 de maio de 2015].

¹¹⁴ Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*.

¹¹⁵ Orlando Ribeiro(1945), op. cit., pág. 142.

Capítulo 6: Proposta

6.1. Memória descritiva

“Era outra vez Junho, as searas aloiravam já, e nas cerdeiras, polpudas, rijas, as cerejas tomavam uma cor avermelhada e levemente escarninha”¹¹⁶.

Sobe-se a encosta da serra pela estreita e sinuosa canada, percurso consolidado que goza das honras dos pastores transumantes.

Plantada no alto da serra da Estrela, encontramos esta província serrana situada a 15km da cidade da Guarda.

Os tons de cinzentos impostos pelas pedras de granito, contrastam com o verde, cor da paisagem natural que rodeia este lugar. A parte mais alta é despida de árvores e de pessoas, apenas zonas de pastagem que ainda servem de alimento aos animais que habitam aqui.

Com o declínio da agricultura e da transumância, este lugar de características próprias a que chamam *Eiras*, ainda guarda memórias de uma forma de vida remota.

O ambiente está marcado por 81 construções primitivas, cinco em estado de ruína e três com recentes acoplações em blocos de cimento.

A elaboração das construções, consequentemente adaptadas às condições de vida e ao meio natural, gerou um dos sítios mais ativos na cultura do pastoreio.

Uma composição geométrica sem regras e sem arquitetos, as construções emergem da terra e confundem-se com esta.

O valor arquitetónico dos edifícios e a sua cuidadosa integração na paisagem foram essenciais na decisão da criação deste projeto de arquitetura.

O projeto desenvolvido pretende defender o passado enquanto memória deste lugar, atualizá-lo e orientá-lo em gestos contemporâneos. Deste processo, pretendeu-se desenvolver uma unidade arquitetónica que cõnjugue a componente teórica à prática.

¹¹⁶ Miguel Torga, *Novos contos da montanha*, pág. 87.

No âmbito da componente teórica desenvolvida, exigisse que o novo objeto arquitetónico se integre no contexto e na paisagem envolvente, e que compreenda as implicações que terá na qualidade de vida dos habitantes.

Tendo conhecimento que, a maioria destas construções atualmente, servem de armazenamento de alfaías e materiais de construção, propôs-se um *armazém agrícola* comunitário. Mantendo os interesses coletivos, também se projetou uma *cooperativa* que pretende catalisar parte da produção fruto-hortícola característica desta região.

*“dum simples propósito de vida em comum, expresso em edificações rudimentares erguidas para tal fim. As casas encostam-se umas às outras, amparam-se, completam-se, interpenetram-se e cobrem-se frequentemente, com grandes telhados comuns”*¹¹⁷.

Numa incessante correspondência entre o existente e o novo, propomos um conjunto de *habitações permanentes*, implantadas na zona de grande declive, num terreno marcado pelo cultivo. Incentivando para a ocupação permanente e apropriada do território.

As rotinas do trabalho quotidiano, reguladas pelas estações do ano permeiam a função e estrutura da casa. O muro, que é uma presença que caracteriza estes lugares, delimita o pátio e define a entrada. A entrada leva diretamente à cozinha, não há vestíbulo ou corredor, a sala está direcionada para a paisagem e os quartos localizam-se no piso superior.

Continuando o percurso natural encontramos o *centro de interpretação da transumância*, que se distribui em dois pisos, sendo o piso térreo organizado por dois espaços de recolha e arquivo de informação, instalações sanitárias, e espaços de investigação e pesquisa. No piso superior, o edifício manifesta um carácter público, possibilitando a consulta e exibição de informações relativas à temática.

Avançando para poente temos a *receção* e os *espaços expositivos*, distribuídos por dois edifícios preexistentes, um dedicado à exposição temporária, e outro à exposição permanente, pretende-se que este seja um espaço que recrie um ambiente tosco e rude ligado à atividade pastoril.

É o percurso que apresenta o conjunto cultural que acolhe seis oficinas/gabinetes, e segue uma estrita repetição de funções e espaços com um esquema de distribuição simples e uma estrutura modulada que possibilita, caso seja necessário, um crescimento ou mudança de uso. Esta rua mostra as suas saliências e reentrâncias, criando um troço exemplar de paisagem urbana. Integrado neste conjunto, está um *espaço multiusos* onde o espaço interior é livre e os materiais originais são mantidos. Conservam-se elementos do passado, mas acrescenta-se um novo ambiente ao interior.

Traduzindo um desejo de representação de realidade e sem perda dos valores simbólicos, mantêm-se onze *abrigos de animais*. Uma forte ligação ao passado, sendo que a sua tipologia é a característica principal deste lugar.

¹¹⁷ Arquitectura Popular em Portugal, op. cit., pág. 82.

Na definição de eixos de composição, integrou-se um novo elemento que acolhe os *balneários* públicos, e contrasta com a aparência rude das construções circundantes. Desenvolvendo-se por analogia às práticas agrícolas e respondendo a novas vivências.

Empenhada na dimensão urbana deste projeto, foi desenvolvido um conjunto de *habitações temporárias* que revelam qualidades de desenvolvimento turístico para a região.

Estas habitações respondem, efetivamente às condições impostas pelas preexistências, sendo que detinham as dimensões necessárias para satisfazer as exigências da nova atividade, foram privilegiadas com pátios de diferentes dimensões e vegetação natural, capazes de tornar suave a envolvente imediata e uma paisagem privada. Foi aplicada uma estrutura de madeira contínua, que encerra este espaço mas ao mesmo tempo deixa entrever o que está para além. Para além deste espaço, foi plantada uma zona de verde denso, em que as árvores funcionam como estruturas de proteção e providenciam sombra e abrigo.

Resolvendo problemas que foram surgindo ao longo do processo de desenvolvimento do projeto, foi criado um módulo flexível independente que concentra o mobiliário necessário para as atividades da habitação.

No final da sequência de habitações temporárias, situam-se os *dormitórios*, uma tipologia precisa, tendo em vista a oferta turística global. Este espaço está equipado com oito beliches, armários individuais e instalações sanitárias. Combinando a resposta às circunstâncias descritas, este espaço está articulado a um *espaço de lazer*, de apoio a estas instalações e onde se privilegia o convívio.

A água é uma presença constante neste lugar, vinda da serra da Estrela aparece-nos em grande abundância em regadios, poços e tanques. Desta maneira, assumimos como essencial a criação de umas *piscinas*, um volume que articula as preexistências e a paisagem envolvente. No edifício existente introduziram-se alterações necessárias para a eficaz instalação da sauna e banho turco, sendo no novo edifício que se localizam os balneários e a piscina interior.

O volume da piscina situa-se na zona mais privilegiada do terreno, com uma vista sobre a paisagem envolvente e possui uma homogeneidade ilustre, adquirida pela cor cinza do betão e das pedras de granito existentes, destacando-se do verde que penetra o edifício. Uma “cortina” verde, a uma cota superior à piscina, que pretende limitar o impacto visual dos balneários para a piscina. O acesso ao complexo faz-se a oeste, onde se situa a receção, sala multiusos e arrecadação (cota 948.60), surgindo uma quebra que nos mostra os balneários e piscina interior numa cota inferior. Este espaço articula-se com a piscina exterior através de percursos e terraços. A sul, de frente para a serra, numa estrutura reaproveitada aparece o *restaurante/bar*. Convocando uma dimensão telúrica, o edifício semi-enterrado apoia as piscinas, mantendo o seu carácter autónomo. No epílogo desta narração de espaços, apresentamos o *espaço de leitura*, que insiste na coexistência entre o novo e a ruína. A ruína, pano de fundo de uma leitura dramática da paisagem urbana, emerge um bloco de vidro que que combina o ambiente literário e a perenidade da pedra.

O terreno apresenta assim uma topografia acidentada, que foi importante assegurar para uma continuidade do carácter do lugar. Deixando inalterável a cota de implantação dos edifícios.

Foram propostos novos edifícios que se implantam segundo novas regras, e que dão corpo à articulação do vernáculo e do contemporâneo. Alguns dos novos edifícios substituem antigas construções degradadas, sem interesse patrimonial ou arquitetónico, por vezes construídos na localização exata destas.

Inicialmente, as construções não possuíam condições de habitabilidade e foi necessário uma reformulação, assumindo uma posição de mudança, os edifícios adaptaram-se a novos critérios e funções.

Nas Eiras não se prevê um tráfego automóvel intensivo, pelo que foram criadas ruas de sentido único, acompanhadas de passeios. Para resolver o estacionamento automóvel, foram previstas bolsas de estacionamento estrategicamente colocadas em espaços de maior afluência.

O acesso a este lugar faz-se por dois caminhos distintos, um percurso preexistente que nos conduz ao centro da aldeia e atravessa a zona cultural e habitação permanente, e o outro oposto que nos dirige à periferia da aldeia acompanhando a zona “industrial”. Assim, o traçado adapta-se à topografia do terreno.

Considerações finais

*“A Arquitetura precisa de um tempo certo para ser bem feita. De um tempo e de um tempo. De uma duração e de um ritmo.”*¹¹⁸

No epílogo desta dissertação, coligimos alguns aspetos estudados ao longo deste período.

O tema *Rehabitar o espaço público e Reabilitar a paisagem*, proposto para esta dissertação, foi ancorado por um projeto de arquitetura situado em território rural, condição que impôs a necessidade de alertar para o património agro-pastoril presente nesta região, compreendido como matriz que, moldou a morfologia e identidade deste lugar.

Conduzidos por esta temática, não podemos ignorar as mudanças no mundo rural, relacionadas com o despovoamento, a desertificação e o desenraizamento, consequente do processo de modernização da agricultura portuguesa. Uma parte do território português, sobretudo o interior, enfrentou o surto da imigração e abandono dos campos, encarando agora o problema da estrutura populacional envelhecida e do quase ou total, desaparecimento do património cultural e arquitetónico destes lugares.

Portanto, é crucial revigorar estes lugares de uma forma equilibrada, sendo necessárias transformações baseadas em novos modos de habitar, mas é importante destacar que *“nesta floresta encantada, algures entre o natural e o sobrenatural, vivem os camponeses, espécie de povo mítico que pertence a um tempo primordial como os espíritos dos lugares, ou os rios, as pedras, os campos, a terra - coisas simples, portanto”*¹¹⁹. E, apesar de toda a aura romântica do popular, da organização de concursos para a Aldeia mais Portuguesa, de programas de Aldeias típicas e de promessas de autênticas recriações do ambiente passado, o interior continua desertificado. De acordo, com Álvaro Domingues o rural *“transformou-se num conceito caótico, uma espécie de íman que atrai e fixa discursos e utopias”*¹²⁰, e devemos refletir sobre esta realidade. Deste modo, pretendemos defender o desenvolvimento de iniciativas com a participação dos habitantes locais, estabelecer a continuidade perdida do Homem e a Natureza e a reabilitação da paisagem urbana, na perspetiva de coexistir o passado e o futuro do lugar.

Em cada capítulo, agrega-se a recolha de pensamentos de outros estudiosos que anteriormente também abordaram esta temática, o que nos permitiu uma visão mais ampla destas áreas de conhecimento e dos desafios a concretizar.

Esta dissertação centrou-se também na questão do desenvolvimento de novos conjuntos arquitetónicos contemporâneos, integrados na natureza e tradição local.

Trata-se de rehabitar o lugar, compreender e interpretar o *genius loci* *“onde coincidem, a terra, a língua, a tradição, a identidade, a espontaneidade, a raiz,... a alma de um povo, os camponeses”*¹²¹.

¹¹⁸ Alberto Campo Baeza, op. cit., pág. 28.

¹¹⁹ Álvaro Domingues, «Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do universo» in *Agricultura Lusitana*, pág. 92.

¹²⁰ Idem, pág. 96.

¹²¹ Idem, pág. 94.

O *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* (1991), foi o promotor de uma abordagem arquitetónica sobre as construções rurais existentes em todo o território português.

Incidindo na zona 3- Beiras onde se localiza o projeto, apresentam um mapa tipológico que revela que os abrigos de pastores e animais são um dos exemplos da arquitetura popular desta região, alguns foram desaparecendo e outros transformaram-se em ruínas.

Como sumário dos conceitos estudados na componente teórica desta dissertação, é essencial a compreensão da história do lugar, a proximidade da natureza à arquitetura, a sustentabilidade do território e a cuidada intervenção.

Neste âmbito, é fundamental a *humanização e vitalização do espaço público*, incentivar à apropriação do espaço e participação dos habitantes. Defendendo a projeção de experiências comunitárias, a produção de bens e serviços que gerem empregos e que fixem novos habitantes a estes territórios, e a prática da agricultura, não como mera atividade económica, mas como prática camponesa.

Em síntese, a prática da reabilitação apoia o prolongamento da vida útil dos edifícios. O resultado será, a preservação do carácter do lugar, mas a recriação de novas formas de habitar, reconhecendo a necessidade de servir novos critérios de conforto e, consequentemente novas memórias e novos lugares. Procurando um património vivo, ativo e para as pessoas.

Sendo o projeto desta dissertação enraizado na serra onde nasci, a 1020m de altitude, inserido no Parque Natural da serra da Estrela, sou conhecedora das paisagens; dos lugares; das tradições; dos costumes; das romarias; dos artefactos e das pessoas, conhecimento que pode ser uma vantagem em futuros desenvolvimentos relativos ao projeto, logo o grande desafio para o futuro será prosseguirmos com este esboço.

Referências Bibliográficas

- AA.VV. (1988). *Arquitectura Popular em Portugal 2ºVol.*, Associação dos Arquitetos Portugueses: Lisboa.
- AA.VV. (2013). *Guia de Portugal 3ºVol.*, Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.
- AGUIAR, José (1999). *A cidade do futuro já existe hoje, Algumas notas sobre reabilitação urbana*, ATIC Magazine nº24, ATIC: Lisboa.
- ALVES, João (2002). «As ‘aldeias históricas’ entendidas como ‘património rural’: Relação entre discurso institucional e as dinâmicas locais a propósito de um experiência no Alentejo», in *Atas dos ateliês do Vº Congresso Português de Sociologia*, Sociedades Contemporâneas: Reflexibilidade e Ação, Atelier: Cidades, Campos e Territórios, 59-67.
- BAEZA, Alberto Campo (2013). *A ideia construída*, 5ªed., Caleidoscópio: Casal de Cambra.
- BARBOSA, Ana Cortez (2011). «A alma dos espaços, construções de lugar», Dissertação de mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto: Porto.
- BRANDÃO, Raul (1998). *As ilhas desconhecidas*, ed.?, Editora Vega: Lisboa.
- (s.d.). *Os Pescadores*, 2ªed., Editora Ulisseia: Lisboa.
- CABRITA, António Reis (1995). *O homem e a casa: Definição Individual e Social da Qualidade da Habitação*, LNEC: Lisboa.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (1994). *A (re)produção do espaço urbano*, Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo.
- CAVACO, Carmina (1994). *Do despovoamento rural ao desenvolvimento local*, Edição da DGDR/ Programa das Artes e Ofícios Tradicionais: Lisboa
- CEIA, Carlos (2012). *Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos*, Editorial Presença: Lisboa.
- CHEVALIER, Jean (1994). *Dicionário dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*, Editora Teorema: Lisboa.
- CHOAY, Françoise (2010). *Alegoria ao património*, Edições 70: Lisboa.
- COELHO, António Baptista (coord.) (2005). *Humanização e vitalização do espaço público, Cadernos edifícios nº4*, LNEC: Lisboa.
- (2009). «Entre casa e cidade, a humanização do habitar», *Opúsculo18 in Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura*, Dafne Editora: Porto.
- CULLEN, Gordon (2010). *Paisagem Urbana*, Edições 70: Lisboa.
- DOMINGUES, Álvaro (2011). *Vida no Campo*, Dafne Editora: Porto.

----- (2015). «Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do universo» in *Agricultura Lusitana*, ADXTUR- Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, 92-98.

FARELEIRA, Ana Raquel Martins (2012). «Uma questão de espaço, protótipo de alojamento mínimo flexível», Dissertação de mestrado em Arquitetura, Universidade da Beira Interior: Covilhã.

FERNANDES, Fátima, Michele Cannatà (2002). *Formas Urbanas*, Edições ASA: Porto.

FERNANDES, José (2013). «As relações de espaço no reabilitar da arquitetura tradicional», Dissertação de mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa: Lisboa.

FERRÃO, João (2000). «Relações entre o mundo rural e o mundo urbano: Evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, CIES-ISCTE: Lisboa, 45-54.

FIGUEIREDO, Elisabete (2003). «Quantas mais ‘aldeias típicas’ conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural», in *Turismo em espaços rurais e naturais*, (org.)Orlando Simões, Instituto Politécnico de Coimbra: Coimbra, 65-81.

GEHL, Jan, Lars Gemzee, (2002). *Novos Espaços Urbanos*, Editorial Gustavo Gili: Barcelona.

GEHL, Jan (2006). *La humanización del Espacio Urbano, La vida social entre los edificios*, Editorial Reverté: Barcelona.

GIRÃO, Amorim (1960). *Geografia de Portugal*, 3ªed., Portucalense: Barcelos.

HEIDEGGER, Martin (1954). «Construir, Habitar e Pensar» in *Teoria e Crítica da Arquitectura - Século XX* (2010), Caleidoscópio: Casal de Cambra, 349-351.

HIGINO, Nuno (2010). *Álvaro Siza. Desenhar a Hospitalidade*, Casa da Arquitectura: Matosinhos.

JOAQUIM, Graça (2003). «Turismo sustentável: o desafio da inovação e da tradição», in *TERN*, (org.)Orlando Simões, Instituto Politécnico de Coimbra: Coimbra, 57-64.

LEAL, João (2009). *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a Arquitectura Popular no século XX Português*, Fundação Instituto Arquiteto Marques da Silva: Porto.

LOURENÇO, Eduardo (2004). *A Nau de Ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia*, 3ªed., Gradiva: Lisboa.

LOOS, Adolf (1921). «Aprender a habitar, in *Teoria e Crítica da Arquitectura - Século XX*», (2010) Caleidoscópio: Casal de Cambra, 131-132.

TRINDADE, Mafalda (2010). «Reabilitar para habitar», Dissertação de mestrado em Arquitetura, Instituto Superior Técnico de Lisboa: Lisboa.

- MOUTINHO, Mário (1995). *A Arquitectura Popular Portuguesa*, Editorial Estampa: Lisboa
- NEVES, João Paulo Martins das (2003), «O património arquitectónico/artístico de Fernão-Joanes», in *Praça Velha: revista cultural da cidade da Guarda*: Guarda, nº14, 68-75.
- NUNES, Ken, Livia Tirone (2007). *Construção Sustentável, Soluções eficientes hoje, a nossa riqueza amanhã*, Editor Tirone Nunes: Lisboa.
- PAIVA, Francisco (2011). *Auditório: Tipo e Morfologia*, Universidade da Beira Interior: Covilhã.
- PENA, António (2006). *Guarda: Um roteiro natural do concelho*, Pró-Raia - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte e Câmara Municipal: Guarda.
- PINHEIRO, Elisa Calado (coord.) (2008). *Rota da lã Translana*, Museu dos Lanifícios: Covilhã.
- REIS, Manuela, Aida Valadas Lima (1998). «Desenvolvimento, Território e Ambiente», in *Portugal: Que Modernidade?*, (orgs.) José Viegas e António da Costa, Celta Editora: Oeiras, 329-363.
- RIBEIRO, Orlando (1941). *Significado geográfico do pastoreio da Serra da Estrela*; Revista Altitude: Guarda.
- (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra Editora: Coimbra.
- RODRIGUES, Américo (2004). *A Transumância e Fernão-Joanes - sonhos transumantes*, Câmara Municipal da Guarda e Junta de Freguesia de Fernão-Joanes: Guarda.
- SARAMAGO, José (2014). *Levantado do chão*, Porto Editora: Lisboa.
- TEIXEIRA, Paulo Alexandre (2013). «Habitar o devoluto, (re)caracterização sustentável dos jardins do Mondego», Dissertação de mestrado em Arquitetura, FCTUC: Coimbra.
- TORGA, Miguel (1999). *Novos contos da montanha*, 16ªed., Publicações Dom Quixote: Lisboa.
- (2015). *Portugal*, Editora BIS: Lisboa.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (1994). *Construções primitivas em Portugal*, Publicações Dom Quixote: Lisboa.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Fernando Galhano (2003). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, 5ªed., Publicações Dom Quixote: Lisboa.
- KAFKA, Franz (1987). *O covil*, 2ªed., Publicações Europa-América: Mem Martins.

Artigos da Internet

AGUIAR, José (2008). «*Património Cultural e os paradigmas da conservação e da reabilitação: Ontem!*», Disponível em: www.oasrn.org/3R/conteudos/areareservada/areareservada6/3R-S1-C1-Aguiar.pdf [Consultado a 27 de junho de 2015].

ALMEIDA, D. Fernando (s.d). *O Mosaico dos Cavalos*, Disponível em: www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_3/volume_4/mosaico_cavalos.pdf [Consultado a 27 junho de 2015].

ALVES, Teresa (2001). «*Paisagem - em busca do lugar perdido*», 67-74, Disponível em: www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_06.pdf [Consultado a 10 de abril de 2015].

BARBAS, Isabel (2014). «*Na 'Ilha Negra'*», Disponível em: www.jornalarquitectos.pt/na-ilha-negra [Consultado a 19 de maio de 2015].

DOMINGUES, Álvaro (2001). «*A paisagem revisitada*», 55-66, Disponível em: www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_05.pdf [Consultado a 10 de abril de 2015].

GASPAR, Jorge (2001). *O retorno da paisagem à geografia, Apontamentos místicos*, 83-99, Disponível em: www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_08.pdf [Consultado a 10 de abril de 2015].

GEORGE, Pedro (2001). *Paisagem - do urbano ao rural, notas a partir de Lisboa*, pág. 115-121, Disponível em: www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_10.pdf [Consultado a 10 de abril de 2015].

JORDÃO, Pedro (2002). «*Lugares*», Revista Nu nº02 Lugares, Disponível em: issuu.com/revistanu/docs/02_lugares [Consultado a 18 de maio de 2015].

LEAL, João (2008). «*A energia da antropologia: seis cartas de Jorge Dias para Ernesto Veiga de Oliveira*», Vol.12, nº2, Etnográfica [online], Disponível em: etnografica.revues.org/1814 [Consultado a 11 de junho de 2015].

MIGUEL, Jorge Marão Carnielo (2002). *Casa e lar: a essência da arquitetura*, Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/746 [Consultado a 4 de maio de 2015].

REIS-ALVES, Luiz Augusto (2007). «*O conceito de lugar*», Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225 [Consultado a 20 de maio de 2015].

RIBEIRO TELLES, Gonçalo (2004). «*A Paisagem é tudo*», in *Jornal Pessoas e Lugares nº16*, Disponível em: www.minhaterra.pt/IMG/pdf/jornalpl16.pdf [Consultado a 8 de abril de 2015].

RIBEIRO, João Mendes (2014). «*Torre de Palma Wine Hotel*», Disponível em: www.domalomenos.com/filter/architectural_photography/Joao-Mendes-Ribeiro-Torre-de-Palma-Wine-Hotel [Consultado a 27 junho de 2015].

RIBEIRO, Orlando (2001). *Paisagens, Regiões e Organização do espaço*, 27-35, Disponível em: www.ceb.ul.pt/finiserra/numeros/2001-72/72_03.pdf [Consultado a 10 de abril de 2015].

RODEIA, João Belo (2011). *A Reabilitação Urbana parece ter entrado finalmente na ordem do dia em Portugal*, Disponível em: www.arquitectos.pt/?no=2020492638,154 [Consultado a 8 de agosto de 2015].

Dicionário da Língua Portuguesa com acordo ortográfico (2003-2015). Porto Editora: Porto.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

Instituto Nacional de Estatística, Disponível em: http://mapas.ine.pt/ms_tmp/e8ffhvb5f8mrvnds44snq7uub4.pdf [Consultado a 9 de maio de 2015].

www.aldeiahistoricasdeportugal.com [Consultado a 26 de maio de 2015]

www.fernaojoanes.com

www.torredepalma.com [Consultado a 27 junho de 2015].

www.transumancia.com

Anexo Fotográfico



Fig. 44 Tosquia



Fig. 45 A arte de enramar as ovelhas

Fig. 46 Lã é fibra animal

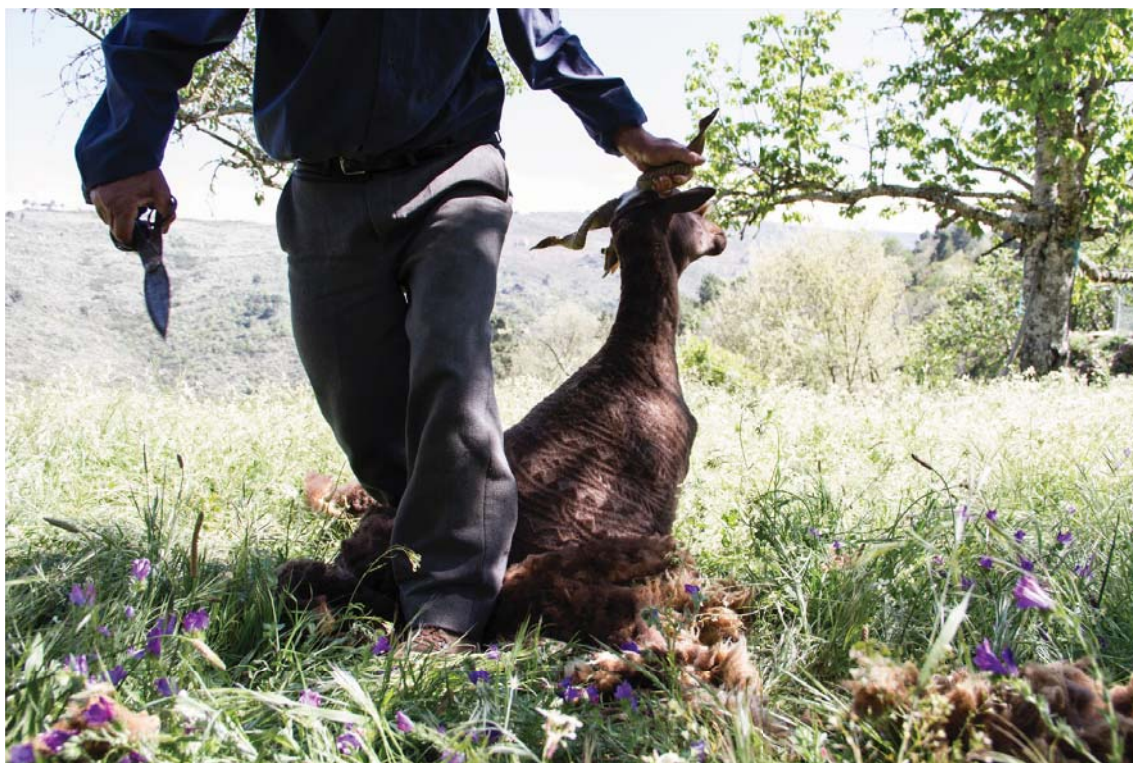


Fig. 47 Pastor Ti Zé Camilo

Fig. 48 'vem dos saíotes das raparigas'



Fig. 49 Ovelha negra

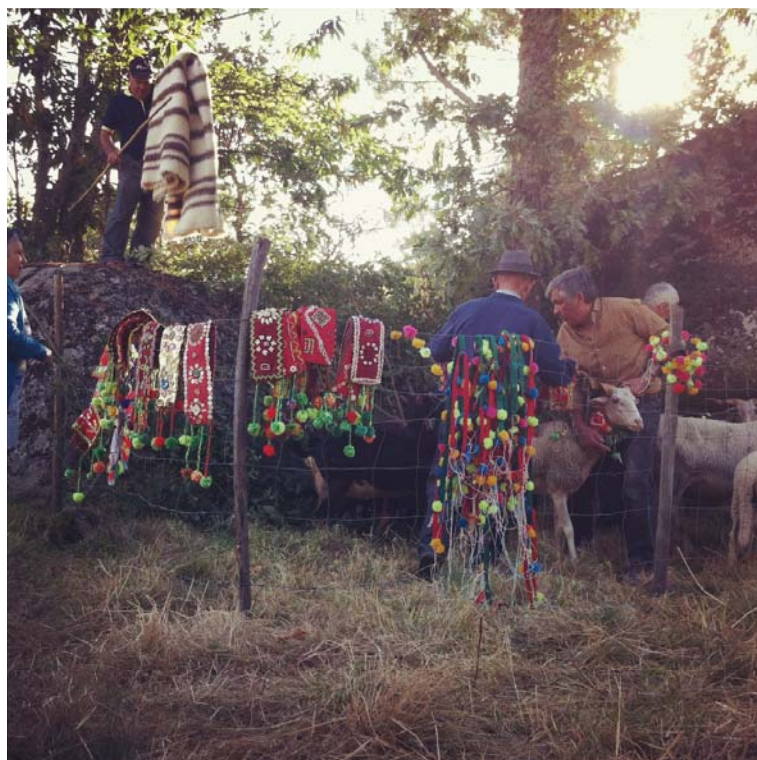


Fig. 50 e 51 Colares, celas e borlas



Fig. 52, 53 e 54 Modelos vivos e a cores



Fig. 55 e 56 Romarias ancestrais



Fig. 57 e 58 A malha



Fig. 59 Pastor transumante

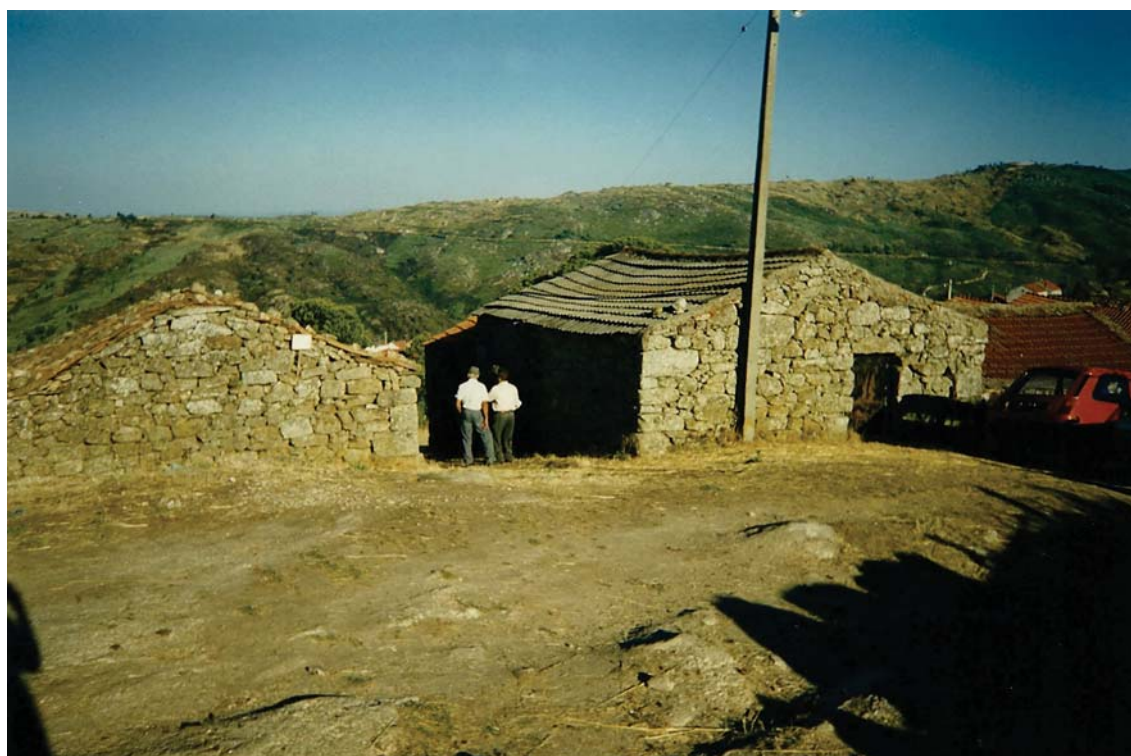


Fig. 60 Conversas de passagem



Fig. 61 e 62 Rebanhos em casa

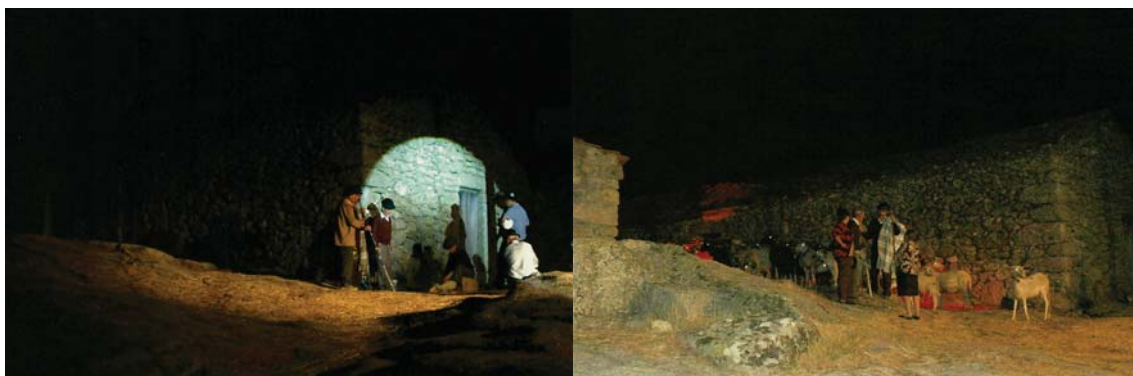


Fig. 63 e 64 Teatro transumante



Fig. 65 Eiras



Fig. 66, 67 e 68 Paisagem urbana



Fig. 69 e 70 Caminhos de terra e pedra



Fig. 71 e 72 Marcos



Fig. 73 e 74 Continuidades



Fig. 75 e 76 Ruínas com vistas privilegiadas



Fig. 77 Centeio

